

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
CURSO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO**

LUDMILLA SILVA DE OLIVEIRA

**BIBLIOTECONOMIA E MUSEOLOGIA:
EM BUSCA DE LINGUAGEM SIMILAR**

Orientador: Prof. Me. ANTONIO
EDILBERTO COSTA SANTIAGO

**São Cristóvão / SE
2019**

LUDMILLA SILVA DE OLIVEIRA

**BIBLIOTECONOMIA E MUSEOLOGIA:
EM BUSCA DE UMA LINGUAGEM SIMILAR**

Trabalho de conclusão de curso
apresentado ao Departamento de Ciência
da Informação da Universidade Federal
de Sergipe para obtenção do grau de
bacharel em Biblioteconomia e
Documentação.

Orientador: Prof. Me. ANTONIO
EDILBERTO COSTA SANTIAGO

**São Cristóvão / SE
2019**

Dados de Catalogação na Publicação (CIP)

O48b	<p>Oliveira, Ludmilla Silva de</p> <p>Biblioteconomia e Museologia: em busca de uma linguagem similar / Ludmilla Silva de Oliveira; orientador Prof. Ms. Antonio Edilberto Costa Santiago. - São Cristóvão, 2019. 69 f.: il.</p> <p>Trabalho de conclusão de curso (graduação em Biblioteconomia e Documentação) – Universidade Federal de Sergipe, Departamento de Ciência da Informação, 2019.</p> <p>1. Linguagem documentária. 2. Biblioteconomia. 3. Museologia. I. Santiago, Antonio Edilberto Costa, orientador. II. Título. CDD: 025.4 CDU: 025.4[02:069]</p>
------	---

Ficha catalográfica elaborada por Antonio Edilberto Costa Santiago, bibliotecário, CRB-5/298.

BIBLIOTECONOMIA E MUSEOLOGIA:
EM BUSCA DE UMA LINGUAGEM SIMILAR

LUDMILLA SILVA DE OLIVEIRA

Trabalho de conclusão de curso
apresentado ao Departamento de Ciência
da Informação da Universidade Federal
de Sergipe para obtenção do grau de
bacharel em Biblioteconomia e
Documentação.

Nota: _____

Data de Apresentação: _____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Ms. Antonio Edilberto Costa Santiago
Orientador (UFS)

Profa. Ma. Gleyse Santos Santana
Membro Interno (UFS)

Profa. Ma. Priscila Maria de Jesus
Membro Externo (UFS)

Profa. Dra. Alessandra dos Santos Araújo
Suplente (UFS)

Dedico este trabalho a minha família, que sempre foram exemplo, apoio, força, coragem, dedicação, superação e amor. Em especial as minhas filhas: Alexsandra e Maria Valentina. Sem vocês eu nada seria e nada realizaria. Amo vocês!

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por eu ter conseguido vencer todos os obstáculos que encontrei ao longo desses anos que exigiu de mim muita dedicação.

Aos meus pais, Jocelino e Rosália, e a minha avó Maria Nilza pelos exemplos que são na minha vida, pois não sei o que seria de mim sem vocês, a quem devo tudo e dedico esta vitória, AMO VOCÊS! As minhas filhas: Alexsandra e Maria Valentina, minha força para que eu lute sempre e busque ser um pessoa melhor. Aos meus irmãos e sobrinhos amo muito.

Em especial, ao meu querido orientador Prof. Edilberto Santiago que não mediu esforços para mediar todo seu conhecimento para comigo quando das nossas orientações de TCC e em qualquer outra coisa que precisasse, acreditando em mim e fazendo com que eu não desistisse. Gratidão por tudo, que Deus te abençoe sempre.

As professoras Gleyse Santos Santana, Valéria Aparecida Bari, Priscila Maria de Jesus e Alessandra dos Santos Araújo que aceitaram participar da minha banca de defesa contribuindo para o aprimoramento deste trabalho de conclusão de curso.

Aos amigos que conquistei na UFS e que fizeram parte da minha formação, obrigada pela amizade. Levarei vocês na minha vida sempre.

Aos demais professores do Departamento de Ciência e Informação por compartilharem comigo seus conhecimentos.

Enfim, a todos que contribuíram direta ou indiretamente para realização deste sonho. Obrigada a todos!

“Para concluir, ficamos com as palavras de Morin (2004) mostrando a singularidade, a complexidade e a necessidade da organização do conhecimento:

Somos filhos do cosmos
trazemos em nós o mundo físico
trazemos em nós o mundo biológico
mas com e em nossa singularidade própria
em outras palavras: para enfrentarmos o desafio da
complexidade, **precisamos de princípios organizadores do
conhecimento** (grifo nosso).”

Souza (2006, p. 39-40)

RESUMO

Este trabalho de conclusão de curso tem como tema central a representação da informação e do conhecimento a partir de subáreas da Ciência da Informação, com enfoque na Biblioteconomia e Museologia. Tem a seguinte pergunta de partida: existe uma representação da informação e do conhecimento padronizada comum a Biblioteconomia e a Museologia? Tem por objetivo geral identificar a possibilidade de uma representação da informação e do conhecimento a partir de subáreas da Ciência da Informação, com enfoque na Biblioteconomia e na Museologia. E como objetivos específicos identificar a existência de conceitos e aportes históricos que possam dar suporte à análise dos contextos; identificar os elementos de representação nas duas áreas; analisar os conceitos e aportes históricos identificados; analisar o tratamento técnico das duas áreas. Parte da dificuldade de se representar os contextos informativos entre a Biblioteconomia e a Museologia, subáreas da Ciência da Informação, no que diz respeito a um diálogo homogêneo, principalmente nos campos da documentação. Trata-se de uma pesquisa documental e bibliográfica. No computo geral, afirma-se neste momento, que o objetivo geral foi alcançado, vez que se identifica mesmo de forma incipiente a possibilidade de uma representação da informação, com enfoque na Biblioteconomia e na Museologia no caso do trabalho foi feita referência aos sistemas de representação do Museu de Artes de São Paulo e do Museu de Arqueologia e Etnologia.

Palavras-chave: Linguagem documentária. Biblioteconomia. Museologia.

ABSTRACT

This work of completion of course has as central theme the representation of information and knowledge from subareas of Information Science, with a focus on Librarianship and Museology. It has the following starting question: is there a representation of information and standardized knowledge common to Library Science and Museology? It has as general objective to identify the possibility of a representation of information and knowledge from subareas of Information Science, with a focus on Librarianship and Museology. And as specific objectives identify the existence of concepts and historical contributions that can support the analysis of contexts; identify the elements of representation in the two areas; analyze the historical concepts and contributions identified; analyze the technical treatment of the two areas. Part of the difficulty of representing the information contexts between Librarianship and Museology, subareas of Information Science, with regard to a homogeneous dialogue, especially in the fields of documentation. This is a documentary and bibliographical research. In general, it is stated at the moment, that the general objective was reached, since the possibility of a representation of information, with a focus on Librarianship and Museology, is identified in an incipient way in the case of the work, reference was made to the systems of representation of Museu de Artes de São Paulo and Museu de Arqueologia e Etnologia.

Keywords: Documentary Representation. Librarianship. Museology.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1	– Ciclo social da informação	18
Figura 2	– Relação das 3 Marias e os conceitos apresentados	27
Quadro 1	– Categorias de informação que devem ser identificadas a partir do objeto	52
Figura 3	– Ficha Classificatória Polivalente – Oddon – 1	53

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AACR2	– Código de Catalogação Anglo-Americano
ABNT	– ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS
CAPES	– Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CDD	– Classificação Decimal Dewey
CDU	– Classificação Decimal Universal
CIDOC/ICOM	– Comitê de Documentação do Conselho Internacional de Museus
IBBD	– Instituto Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação
IBICIT	– Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
ICOM	– Conselho Internacional de Museus
MAE	– Museu de Arqueologia e Etnologia
MARC 21	– <i>Machine Readable Cataloging</i>
MASP	– Museu de Artes de São Paulo
MAST	– Museu de Astronomia e Ciências Afins
SCIELO	– Scientific Electronic Library Online
UFBA	– Universidade Federal da Bahia
UFS	– Universidade Federal de Sergipe

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
2	REPRESENTAÇÃO DA INFORMAÇÃO	16
2.1	Dado, Informação e Conhecimento	16
2.2	Informação	17
2.3	Documentação	23
2.3.1	Conceito de Documentação na Biblioteconomia	25
2.3.2	Conceito de Documentação na Museologia	26
3	CONVERGÊNCIAS E DIVERGÊNCIAS ENTRE A BIBLIOTECONOMIA E A MUSEOLOGIA	29
3.1	Memória: o elemento inicial	31
3.2	Víeis da Representação Temática	44
3.2.1	Representação Temática na Biblioteconomia	44
3.2.2	Representação Temática nos Museus	49
3.3	Víeis da Representação Descritiva	56
4	METODOLOGIA	59
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	61
	REFERÊNCIAS	64

1 INTRODUÇÃO

Desde o princípio, o homem utiliza diversos elementos para representar a realidade que o circunda. O homem pré-histórico, ao produzir pinturas rupestres, desenhava figuras para a representação das práticas do seu cotidiano. Conforme Kenski¹ (2003 *apud* LIMA; ALVARES, 2012, p. 22) na oralidade,

se fazia necessário o contato pessoal para o repasse e perpetuação dos conhecimentos entre as gerações, vez que envolvia proximidade temporal e espacial entre os interlocutores. Na falta dos interlocutores, os saberes dos antepassados eram perdidos.

Para o citado autor, a invenção da escrita provocou uma revolução em termos de conhecimento humano e foi importante elemento para a concepção do saber. A “representação não se reduz à escrita”. Entretanto, o surgimento da escrita, que é um registro da fala registrada em suportes diversos (argila, madeira, pedra, papel etc.) promoveu um salto na produção e disseminação do conhecimento humano, que passou a independender do tempo e do espaço para ser transmitido.

Ainda conforme Kenski (2003 *apud* LIMA; ALVARES, 2012, p. 22) pode-se “representar o conhecimento usando de figuras, esquemas, desenhos, imagens, palavras, expressões, gestos, mímicas, hipertextos, entre tantos outros meios”. Tanto na Biblioteconomia quanto na ciência da informação, a representação está relacionada com diversas formas de “simbolizar a informação e o conhecimento”. Neste sentido, tudo é passível de uma representação.

Nesta perspectiva, revogam-se os contextos de organização da informação e do conhecimento, a saber: o primeiro compreende a organização de um conjunto de objetos informacionais para arranjá-los sistematicamente em coleções; o segundo visa à construção de modelos de mundo que se constituem em abstrações da realidade.

Etimologicamente, o termo “representação” provém da forma latina “*repraesentare*” – fazer presente ou apresentar de novo. Fazer presente alguém ou alguma coisa

¹ KENSKI, Vani Moreira. **Tecnologias e ensino presencial e a distância**. Campinas: Papirus, 2003.

ausente, inclusive uma ideia, por intermédio da presença de um objeto. Tal seria, por exemplo, o sentido da afirmação de que o Papa e os cardeais “representam” Cristo e os Apóstolos.

Durante muito tempo, e anterior aos registros das informações, nas grandes civilizações, a memória oral prevalecia. Sob a pessoa do *mnemon*, na Grécia antiga, estava à responsabilidade de guardar a lembrança do passado para uma decisão judicial. “*Mnemosyne*, que representa a memória em grego, era a deusa mãe das musas e das divindades responsáveis pela memória e inspiradoras da imaginação criativa dos artistas e dos poetas.” (QUEIROZ, 2005, p. 8). A partir daí, as coisas passam a não mais ser olhadas e reconhecidas tal como o que o mundo sem caráter científico podia dizer através do tato, olhar, etc.

O mundo passou a não ser só o que os olhos viam e se despontou para o fato de que a nossa noção de fato é enganosa, é ficção, pois tudo é, e nada é. Antes da ciência, o pensamento era algo ilusório. Depois, as coisas passaram a sair do plano do verdadeiro para o plano das taxionomias (representações), onde da ausência nasce o real. Obviamente o objeto não precisa mais estar presente, ou seja, no domínio da representação, as coisas ditas, pensadas e expressas têm outro sentido além daquele manifesto.

Para Pesavento (1995, p. 15) “enquanto representação do real, o imaginário é sempre referência a um ‘outro’ ausente. O imaginário enuncia, se reporta e evoca outra coisa não explícita e não presente”. Neste segmento Castoriadis² (1982 *apud* PESAVENTO, 1995, p. 16) contextualiza que “este processo, portanto, envolve a relação que se estabelece entre significantes (imagens, palavras) com os seus significados (representações, significações), processo este que envolve uma dimensão simbólica”. Portanto, a representação é atrelada ao **conceito de substituição**, colocar **algo em lugar de**. Tendo em vista, o símbolo como um significante, os processamentos técnicos tornam-se essenciais para o trato destas substituições no contexto dos registros das informações.

² CASTORIADIS, Cornelius. **A instituição imaginária da sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

Todavia o comprometimento no aprimoramento e na investigação de melhorias dos sistemas documentários, os quais são responsáveis em registrar as informações documentárias tornou-se necessário para gerar aportes teóricos e metodológicos que envolvam a análise e o tratamento de documentos, para contrapor as necessidades de busca e acesso à informação.

[...] apreendidas, registradas e armazenadas em sistemas de informação documentária a fim de que sejam passíveis de recuperação e uso. As informações documentárias, portanto são unidades de representação, construídas sob uma forma e um conteúdo, a partir de decisões pautadas nos tipos de informação, nas áreas do conhecimento ou de atividade, na linguagem dos usuários e nos objetivos do serviço de informação, tornando explícito o propósito de um sistema de informação (ORTEGA, 2008, p. 8).

O aporte informacional que rodeia o ser humano na contemporaneidade faz com que o mesmo busque meios cada vez mais organizados para abarcar toda a totalidade de conhecimento que as áreas dispõem. Na Europa moderna classificava-se o conhecimento em teórico e prático, público e privado, liberal e útil, especializado e geral ou universal (BURKE, 2003).

Neste cenário insere-se este trabalho de conclusão de curso que teve como tema central a representação da informação e do conhecimento, a partir de subáreas da Ciência da Informação, com enfoque na Biblioteconomia e Museologia. Nesta perspectiva, traz como pergunta de partida: como é feita a representação da informação e do conhecimento padronizada comum a Biblioteconomia e a Museologia?

Face ao exposto identificar a possibilidade de uma representação da informação e do conhecimento a partir de subáreas da Ciência da Informação, com enfoque na Biblioteconomia e na Museologia. E como objetivos específicos identificar a de conceitos e aportes históricos que possam dar suporte à análise dos contextos; identificar os elementos de representação nas duas áreas; apresentar os conceitos e aportes históricos identificados; decompor o tratamento técnico das duas áreas.

Estudaram-se os conceitos e metodologias mais recorrentes de cada área, e culmina com a proposta de uma estrutura para representação de recursos informacionais que dialoguem com ambas, mais especificamente para a área da

classificação e recuperação da informação. Para isso, é apresentada a evolução das principais formas de representação criadas pela Ciência da Informação, seus benefícios e limitações. Descreve também os principais modelos de representação da informação e conhecimento nas demais áreas e como as mesmas podem dialogar entre si.

Parte-se da dificuldade de se representar os contextos informativos entre a Biblioteconomia e a Museologia, subáreas da Ciência da Informação, no que diz respeito a um diálogo homogêneo, principalmente nos campos da documentação. Essa afirmativa corresponde principalmente da parte da museologia que possui em suas instituições em grande maioria uma diversidade tipológica não se enquadrando a uma única **classificação**. Essa pluralidade se observa nos livros de registros e nas fichas catalográficas dessas instituições que por sinal nada tem haver com as de nome similar das bibliotecas.

Porém, o conhecimento não para de se expandir. Segundo Wersig (1993), a invenção das tecnologias impressas despersonalizou o conhecimento. Antes dessa época, o conhecimento era pessoal, armazenado praticamente de forma interna ao indivíduo. Com a invenção da impressão surge um problema: compartilhar o conhecimento adquirido e armazenado. Esse fato impulsionou a disseminação do conhecimento para tornar possível se conhecer os resultados de pesquisas de outros pesquisadores. A partir de então, as descobertas científicas deixaram de ser atribuídas a uma única pessoa e o conhecimento passou a ser cada vez mais fragmentado.

Robredo (2004) afirma que apesar de a tecnologia oferecer soluções para organizar grandes volumes de documentos, a organização da informação neles contida ainda é um problema. Caso não sejam criados melhores mecanismos de representação, a perda de informação nos documentos só tende a aumentar. Sendo assim, é necessário investigar mecanismos de representação que facilitem a recuperação de fragmentos do conteúdo dos documentos, e não apenas do documento em si principalmente pelas áreas que são objeto dessa pesquisa ser tratadas como áreas primas da Ciência da Informação.

Esta monografia encontra-se assim estruturada: o primeiro capítulo refere-se aos dados introdutórios, dentre os quais a estruturação geral deste trabalho de conclusão de curso; o segundo capítulo intitulado “Representação da Informação”, realiza uma revisão bibliográfica referente aos aspectos conceituais pertinentes à elaboração do trabalho, tais como representação da informação, a evolução do conhecimento e suas diferentes formas de representação, tais como sistemas de classificação, tesauros e metadados³.

O terceiro capítulo “Convergências e divergências entre a Biblioteconomia e a Museologia” apresenta uma das formas de representação do conhecimento disponíveis na Ciência da Informação, e suas relações com as duas áreas acima citadas. descreve as diversas relações existentes entre as duas áreas, descrevendo o tratamento técnico entre as áreas nas questões de representação. O quarto capítulo “Metodologia” no qual se descreve os métodos e as técnicas de pesquisa utilizadas. O quinto capítulo apresenta as considerações gerais alcançadas pelo trabalho.

³ São dados sobre outros dados. Um item de um metadado pode dizer do que se trata aquele dado, geralmente uma informação.

2 REPRESENTAÇÃO DA INFORMAÇÃO

Neste trabalho entende-se representação a partir de Alvarenga (2003) como um processo organizacional que alia elementos intelectuais e aplica a objetos que representam conhecimento (documentos) sendo esses os materiais essenciais das organizações. Sendo assim a representação pode ser primária ou secundária. Enquanto que “o ato de colocar algo no lugar de” é o primário o secundário se refere aos instrumentos informacionais como bibliotecas e museus.

A representação ocorre nas etapas de produção, manutenção e recuperação de informações sendo assim serão importantes falar um pouco dos elementos que constituem a pirâmide filosófica de aquisição do conhecimento: dado, informação e conhecimento; dado destaque para a informação e seu papel nas instituições culturais/documentais estudadas.

2.1 Dado, Informação e Conhecimento

Compreender e conceituar esses elementos são o primeiro passo para compreensão do entendimento de toda esfera da representação informacional que busca a recuperação do dado trazendo conhecimento para o usuário. Muitas vezes tratados de forma confusa ou dúbia os mesmos são elementos não apenas da Ciência da Informação, mas também da Biblioteconomia e Museologia.

Outro elemento são os Dados registros numéricos ou não, de operações, ocorrências, situações ou características definidas por Setzer (2015) como uma sequência de símbolos quantificados ou qualificáveis. Mesmo que incompreensível para o leitor, qualquer texto constitui um dado ou sequência de dados, pois, é uma entidade matemática e puramente sintática. É nesse momento que há a coleta e a organização que são facilmente transferíveis e obtidos por máquinas.

Assim também trazemos o que conceito de informação que é o resultado de pesquisa sobre um conjunto de dados, seguido de uma análise dos mesmos e explicado de forma contextualizada. É uma abstração informal que pode ser propriedade interior de uma pessoa ou ser recebida por ela. Pode ser associado à

recepção de dados à recepção de uma mensagem, porém, pode também ser recebida sem que seja representada por meio de mensagens como um dia frio, por exemplo, onde apenas com o senti do braço temos essa informação. A diferença fundamental entre dado é que esse é sintático e informação é semântica.

E por fim, conhecimento não pode ser descrito, requer uma vivencia do objeto e nós seres humanos ainda somos capazes de descrevê-lo e conceituá-lo em termos de informação. É frequentemente tático e de difícil transferência. Outro exemplo dado por Setzer (2015) é de um bebe que tem conhecimento do rosto dos pais, mas ele não tem informação. O conhecimento reflete estados mentais que estão em constante transformação, cujos processos associados são sintetizados para tomadas de decisões.

2.2 Informação

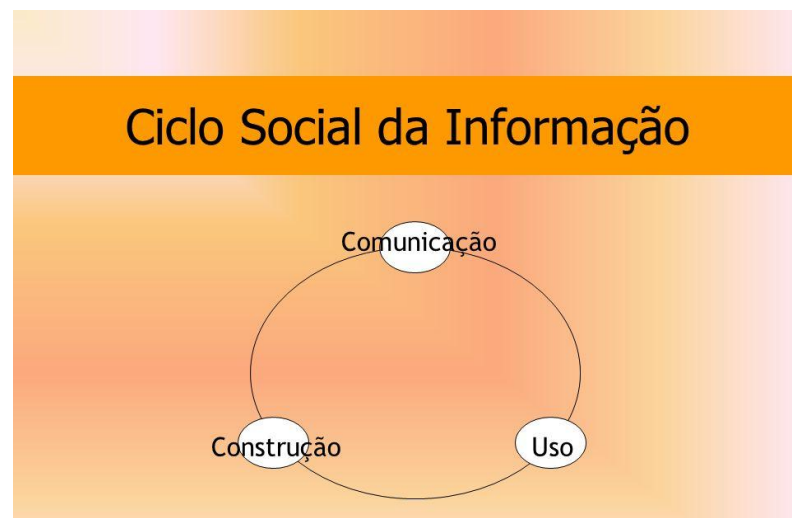
Arquivos, bibliotecas e museus possuem coparticipação no processo de tratamento, disponibilização e recuperação da informação. Russo (2010) diz que a construção do processo informacional se deve à criação de informação por diferentes atores.

Segundo Le Coadic (1996, p. 4), informação é “um conhecimento inscrito (registrado) em forma escrita (impressa ou digital), oral ou audiovisual, em um suporte” e “comporta um elemento de sentido”. Através dessa definição é fácil identificar a importância do sentido, isto é, do aspecto semântico inerente à informação. Para que algo seja uma informação é preciso que o receptor tenha condições de identificar o sentido daquilo que está se expressando. Segundo Buckland (1991), a vinculação do termo informação a um objeto que contém conhecimento reporta-se ao conceito mais recente de documento.

No paradigma da representação os seres humanos são conhecedores e observadores da realidade externa conforme afirma Capurro (1991). Por isso, a Ciência da Informação necessita dos estudos sobre representação, codificação e uso racional da informação.

O primeiro processo dessa construção se refere à utilização de filtros para recuperação atendendo assim as necessidades de informação. O segundo e mais conhecido processo diz respeito à disseminação da informação através da comunicação e o terceiro é a forma como essa informação é assimilada e como a mesma será produzida sempre presente em um ciclo, conforme representado na Figura 1.

Figura 1 - Ciclo social da informação



Fonte: Le Coadic (2004)

De acordo com McGarry (1999, p. 11), “a informação deve ser ordenada, estruturada ou contida de alguma forma, senão permanecerá amorfa e inutilizável”. Segundo ele, é necessário que a informação receba um tratamento para ser compreensível aos seres humanos. Ela deve ser imaginada de alguma forma para que tenha sentido. Ainda segundo McGarry (1999, p. 12), “a informação, portanto, deve ter alguma forma de veículo”. Este veículo deve possuir um atributo essencial para que possa ser compreendido pelo receptor.

Nesse sentido, na técnica de tratamento dos registros e do conhecimento para fins de armazenagem nos sistemas de informação, é solicitado um novo estágio de reprodução, desta vez partindo-se não do ser ontológico em si, mas do conhecimento sobre o ser, divulgado em documentos. Sendo essa a representação secundária que possui como elemento prioritário a representação do conhecimento.

Entretanto, deve-se lembrar de que ambas as representações primária e secundária, tem como meta maior o processo de comunicação humana e que a secundária pode produzir uma primária ao criar um registro textual sobre objetos, sons, imagens, reais ou virtuais, passíveis de integrar acervos documentais. (ALVARENGA, 2003)

Numa tentativa de síntese de uma abordagem cognitiva, no escopo da ciência da informação, recorre-se aos três estágios cognitivos que correspondem aos processos de produção, organização e recuperação de conhecimentos e informações: a) Estágio anterior à entrada dos itens no sistema de informações, incluindo-se as sucessivas instâncias de cognição, dos produtores de documentos, dos autores, dos autores citados, dos revisores, dos editores; b) Estágio que corresponde à inclusão do item no sistema, quando esse passa simultaneamente pelo crivo da cognição dos profissionais dedicados ao tratamento da informação, podendo ocorrer nesse processo, tanto representações secundárias como representações primárias; c) Estágio pós-inclusão do item no sistema, quando nova etapa de cognição se processa, no ato de contato do usuário do sistema de informação, ocorrendo nova representação dos documentos, ocorrendo novamente um processo cognitivo. O processo cognitivo acha-se, portanto, presente do processo de produção aos processos de organização e recuperação do conhecimento. (ALVARENGA, 2003, p.11).

Uma recuperação eficaz da informação fiel dos documentos por parte dos usuários, tem sido ponderada a meta primordial dos profissionais dos serviços de informação. Para tal é necessário que esses profissionais desenvolvam e busquem sistemas representacionais que constituem a confluência entre a organização cognitiva imposta ao conhecimento pelo seu produtor (representação primária) e a organização conceitual conferida ao documento pelo especialista da informação (representação secundária).

No novo contexto, a representação não se constitui mais em uma nova informação condensada que representa e de certa forma supre o documento, mas ela pode ser parte intrínseca, característica do próprio item ou como já foi dito pode tentar uma primeira instância de representação, quando nada ainda foi escrito sobre um objeto museológico (reália), uma imagem ou sobre um som, por exemplo. Segundo Vickery (1980), diferentes tipos de dados promoveriam diferentes técnicas de representação. Daí a diversidade de possibilidades de “tratamentos da informação”, praticados nos contextos das bibliotecas, arquivos, museus.

Portanto, a representação do conhecimento, em nossos dias, não compreende somente a substituição do documento primário por uma informação catalográfica, considerando-se que o documento a ser tratado

não se acha fisicamente em outro espaço, mas no próprio meio que lhe proporciona materialidade e que novas formas de se criar índices e estruturas conceituais para a recuperação encontram-se disponíveis. No novo contexto de produção, organização e recuperação de objetos digitais, as metas de trabalho não se restringem à criação de representações simbólicas dos documentos constantes de um acervo, mas compreendem a criação de novas formas de escrita para os hipertextos, e a criação dos denominados metadados, muitos dos quais podem ser extraídos diretamente dos próprios objetos, constituindo-se esses em chaves de acesso a serviço dos internautas. Também podem ser criadas descrições dos próprios objetos que eventualmente não tiveram ainda seus conteúdos representados em forma textual primária. (ALVARENGA, 2003, p. 19).

Outra forma de entender a informação e seus significados dentro dos institutos culturais são os elementos a seguir: sinais, signos, símbolos. Os sinais estabelecem relações com as ações a serem desenvolvidas pelo receptor. Um sinal pode sinalizar que um determinado evento está para ocorrer. Uma pessoa, ao se levantar pela manhã e abrir a janela de seu quarto, pode concluir que existe uma boa probabilidade de chuva, ao visualizar o tempo nublado ou ouvir trovões. Esses sinais podem indicar a necessidade de levar o guarda-chuva para ir ao trabalho. De forma simples, pode-se perceber que o receptor recebeu uma informação ao identificar os sinais. Uma pessoa com deficiência visual, ou auditiva, não poderia identificar esse fato, isto é, os sinais não teriam atributos essenciais para serem compreendidos pelo receptor.

Os signos indicam a presença física de algo ou algum evento relacionado a eles. A fumaça indica fogo, o aumento da temperatura do corpo pode indicar a febre, ou um simples olhar entre duas pessoas pode ter um sentido ou significado conhecido.

Os símbolos tendem a possuir significados mais duradouros e constituem-se em representações culturalmente construídas e reconhecidas por uma comunidade específica. Um símbolo pode ter ou não semelhanças com o que representa. Um ícone de uma impressora, por exemplo, pode ter uma boa semelhança com aquilo que pretende representar e pode ter sentido para pessoas do mundo todo, desde que consigam identificar o objeto real. Já a palavra impressora terá sentido apenas para quem conhece, ao mesmo tempo, o objeto real e a língua portuguesa.

A informação sintoniza o mundo. Como onda ou partícula, participa na evolução e da revolução do homem em direção à sua história. Como elemento organizador, a informação referencia o homem ao seu destino;

mesmo antes de seu nascimento, através de sua identidade genética, e durante sua existência pela sua competência em elaborar a informação para estabelecer a sua odisseia individual no espaço e no tempo (BARRETO, 1994, p. 3)

Sendo assim, a informação está atrelada a um documento, que comporta um significado e que, ao entrar num processo comunicativo, emite uma imagem que traduz conformidade a informação estabelecida neste ciclo.

Araújo (2012), diz que é no Renascimento que se encontra o embrião dos primeiros traços de conhecimento teórico das três áreas, trazendo manuais tratados e outras normas para seu funcionamento. Sendo o segundo marco da área a consolidação da ciência moderna. Nela há a legitimação do conhecimento onde os processos técnicos e tecnológicos se expandem para as ciências sociais e humanas através do Positivismo⁴.

Detecta-se, a partir desta colocação, um primeiro núcleo de questionamentos possíveis e que pode ser sistematizado ao redor dos termos documento, informação e função. Colocada nestes termos entende-se por que a inclusão da biblioteconomia, documentação e arquivologia no seio das chamadas "ciências documentais" não gerou maiores discussões, uma vez que se afirmavam suas diferenças (sem explicá-las), mas se concordava que todas tinham algo em comum: o trabalho com documentos. O próprio nome determina a importância atribuída ao documento enquanto aglutinador de práticas profissionais e respectivas instituições.

A dupla documento/informação coloca inúmeros problemas e ainda estamos distantes de um dimensionamento satisfatório da questão. Pode-se afirmar que as duas áreas vivem uma constante tensão entre o documento e a informação, ora priorizando um, ora outro. Como enunciar a tensão? De imediato, nota-se um maior apego dos arquivistas ao documento e uma facilidade por parte dos documentalistas para abstrair o documento, enfatizando a informação nele presente. As discussões atuais sobre as bibliotecas virtuais, redes e sistemas de informação resumem o ápice nesta descolagem entre informação e documento.

⁴ Sistema criado por Auguste Comte 1798-1857 que se propõe a ordenar as ciências experimentais, considerando-as o modelo por excelência do conhecimento humano, em detrimento das especulações metafísicas ou teológicas; comtismo.

A informação deve ter sido registrada de alguma forma para poder ser estocada. Este é um postulado tão básico para a área que geralmente o mesmo é esquecido. A tecnologia trouxe enormes progressos nas formas de registro e, principalmente, nas formas de organização e transmissão da informação registrada, mas a mesma sempre terá sido registrada de alguma forma e estocada em algum lugar ou computador. Não é operacional, portanto, pensar a informação isolada de seu registro, por mais que a questão do registro é muito menos pertinente para o bibliotecário/documentalista e é fundamental para o arquivista uma vez que este deve disponibilizar, além da informação, a prova (o documento).

Em resumo, documento e informação são as duas faces da mesma moeda, sendo que uns prestam mais atenção a uma face, outros à outra, mas não é possível descolar as faces da moeda. As "ciências documentais" geram uma tensão entre documento e informação, mas, qualquer que seja a ênfase dada à informação ou ao documento, o paradigma que subjaz a abordagem, tendo por base o documento, ainda é o do acervo, do estoque. Considerando que o documento, embora comum às duas áreas, não permite objetivamente distingui-las, proponho submeter à discussão a um ponto de vista diacrônico pelo qual a ênfase no documento é substituída pela ênfase na informação.

Originalmente documento, quer dizer algo informativo, que ensina, tal como significa o termo latino, originário do verbo *docere*, vocábulo único para os verbos ensinar e informar. O termo documento, resultante da adição a *docere* do sufixo *mento* (meio) significaria o meio de ensinar, ampliando-se o escopo do termo com a extrapolação das fronteiras do objeto.

Segundo Buckland (1991), a vinculação do termo informação a um objeto que contém uma informação reporta-se a um conceito mais recente de documento. Ao sistematizar em seu artigo o conceito de informação como coisa, O citado autor afirma que o termo informação designaria “algo usado, atribuído a objetos, tal como dados e documentos que se referem à informação, porque deles se espera que sejam informativos”. O termo documento, como designativo de coisa informativa, seria amplo o suficiente para incluir no rol dos documentos, por exemplo, objetos constantes de acervos formados de coisas da natureza, artefatos, imagens e sons.

2.3 Documentação

Entender como uma sociedade se estrutura, é tentar entender como, ao longo dos anos, foram admitidas marcas de decisões que fizeram que esta seguisse caminhos que iriam ter influências determinantes, no ambiente local e geral. No cotidiano, práticas e atitudes de fazer são arquitetados constantemente, cogitando o pensamento e disposição de uma definida época, comunidade ou cultura.

A documentação de diferentes tipos que é produzida tem o papel não só de comprovar, lembrar, testemunhar fatos, mas também de, através de estruturas complexas, refletir universos específicos, condensados em características e contradições que irão apresentar uma identidade própria, escrita por seus detentores que, ao conferir à sua documentação, ou coleção, uma disposição particular, apresentará os modos e relações com o mundo e com pessoas da época.

Muito difundido na origem da Ciência da Informação a documentação é um campo do conhecimento criado no final do século XIX por Paul Otlet e Henri La Fontaine sendo assim, documento pode ser entendido como.

Documento é o livro, a revista, o jornal, é a peça de arquivo, a estampa, a fotografia, a medalha, a música, é também atualmente o filme, o disco e toda a parte documental que prece ou sucede a emissão radiofônica. Ao lado dos textos e imagens há objetos documentais por si mesmos (Realia) (OTLET, 1937).

Ou seja, o documento passa a ser entendido como “aquilo que ensina”, ou mais precisamente aquilo que pode ser utilizado para ensinar alguma coisa. Nessa forma o documento aparece como um testemunho de alguma coisa ou de algo. Os documentos são, segundo Menezes (1994), representações da memória e se vinculam à ideia de preservação.

A origem e estabilização da Documentação, no campo literário e nos métodos documentários, indica a existência de objeto construído histórica e conceitualmente. A principal obra desse período é o Tratado de Documentação, de 1934, do belga Paul Otlet. Interpretamos o início da área Documental por essa ter se desenvolvido com foco na informação bibliográfica, produção, fabricação de material, distribuição,

registro, estatística, conservação e utilização, por esta razão incluindo compilação, impressão, publicação, venda, bibliografia e biblioteconomia de conteúdo técnico-científico, diferente dos dias atuais.

Segundo Ortega (2009, p. 5-6) Otlet “adotou a palavra documentação inicialmente, em 1903, em artigo intitulado *Les sciences bibliographiques et la documentation*”. Ele considerou como documentos não somente livros e manuscritos, mas também arquivos, mapas, esquemas, ideogramas, diagramas, desenhos e reproduções dos mesmos, fotografias de objetos reais, entre outros (OTLET⁵ 1903, *apud* WOLEDGE, 1983, p. 270-271). Essa ideia de Otlet se amplia a partir das seguintes qualidades do livro: a verdade (o verdadeiro); a beleza (o belo); a moralidade (o bem); a originalidade; a clareza (compreensibilidade); o valor econômico (comercialidade); e a novidade.

A proposta de Otlet parte da ideia de um termo genérico (biblión ou bibliograma ou documento) que cobriria todos os tipos: volumes, folhetos, revistas, artigos, cartas, diagramas, fotografias, estampas, certificados, estatísticas, além dos discos e filmes. Afirma que biblión é a unidade intelectual e abstrata, “que se pode encontrar concreta e realmente, mas revestida de modalidades diversas”. Compara esta unidade “ao átomo na Física, à célula na Biologia, ao espírito na Psicologia e à admissão humana na Sociologia”. A unidade intelectual seria o pensamento e o livro um meio de produzir utilidades intelectuais (OTLET, 1996, p. 43, 44, 46)

Smit (1986) afirma que Documentação é igual à Ciência da Informação, uma vez que ambas lidam com a informação sem restringir a ideia de documentos presentes nos acervos das instituições. Documentação seria nesse âmbito a necessidade de tornar acessível à quantidade de informação publicada, dando “um todo homogêneo destas massas incoerentes”, para isso eram necessários novos procedimentos a ser incorporada a área.

Já Suzanne Briet foi uma das principais sucessoras de Otlet ao dar continuidade aos basilares princípios estabelecidos por ele, em especial através de um clássico da área: “*Qu’est-ce que la documentation?*”, publicada em 1951. Neste contexto, a citada autora parte da definição de documento como toda base de informação, implantada materialmente, apta de ser utilizado para consulta, estudo ou prova. Mas

⁵ OTLET, Paul. Les sciences bibliographiques et la documentation. **IIB Bulletin**, v. 8, p. 121-127, 1903.

tarde propõe outro conceito para o termo documento sendo esse todo signo indicial (ou índice) concreto ou simbólico, preservado ou registrado para fins de representação, de reconstituição ou de prova de um fenômeno físico ou intelectual. Além do livro e das outras formas documentais que apareceram, como o artigo de revisão e o artigo de jornal, cita que há obras inteiras, incluindo suas ilustrações, que são transferidas para microfilmes ou microfichas (BRIET, 1951, p. 7 e 9). Adota a expressão produção documentária que seriam os resultados de novos documentos produzidos a partir de documentos originais sendo esses chamados de secundários. Os documentos secundários seriam as traduções, análises, boletins de documentação, arquivos, catálogos, bibliografias, dossiês, fotografias, microfilmes, seleções, sínteses documentárias, enciclopédias, guias de orientação.

2.3.1 Conceitos de Documentação na Biblioteconomia

Segundo Russo (2010), a Biblioteconomia compreende as regras de organização de livros e outros documentos em estantes. Nessa instituição o conceito de documento é muito próximo da própria Documentação, pois não se restringiria apenas aos livros, mas a todas as formas documentais. Sua finalidade é incentivar o usuário ao estudo, à pesquisa, à leitura e à produção de conhecimento.

O tratamento documental é realizado obra por obra, visando à descrição física e de conteúdo. No que tange à descrição física, a preocupação é tornar o documento único dentro do acervo, considerando aspectos como dimensão, título, autor, editora, exemplar etc. Já em relação à descrição de conteúdo, a obra é analisada e ajustada numa classe de assunto pré-determinada, dentro de uma classificação bibliográfica.

Ambos os processos de descrição se utilizam de instrumentos específicos, o que garante uma padronização entre as bibliotecas. A organização da informação é o processo que objetiva o tratamento documental, a disponibilização e a disseminação da informação, de modo a democratizar o acesso à informação para o usuário. Cabe ressaltar que a preocupação da instituição está na relação social e cultural com a comunidade da qual faz parte.

Segundo Bellotto (2006) as distinções entre documentos de arquivo e de biblioteca são do seu nascimento. Os documentos da biblioteca tem sua criação através da arte e da pesquisa com objetivo de divulgação científica já o arquivo é a passagem de atividades jurídicas e administrativas e que apresentam relações entre si.

Araújo (2011) aponta o bibliotecário indiano Ranganathan, com cinco leis da Biblioteconomia (1. Os livros são usar; 2. A cada leitor seu livro; 3. A cada livro seu leitor; 4. Poupe o tempo do leitor; 5. A biblioteca é um organismo em crescimento), recomendou que houvesse uma extrapolação do termo livro pois, para Ranganathan isso é maior que o termo documento. Nota-se que nessa acepção, o autor aponta para um contexto muito próximo da ideia de Biblioteconomia especializada dirigida à emergência técnico-científica: “o serviço eficiente, rápido, preciso e exaustivo de fornecimento de microideias em nascimento aos especialistas, exigido pela pressão social de hoje, denomina-se serviço de Documentação” (RANGANATHAN, 2006, p. 280).

2.3.2 Conceitos de Documentação na Museologia

Segundo o Estatuto Brasileiro de Museus – Lei nº 11.904/2009, museu é compreendido como

instituição sem fins lucrativos que conserva, investiga, comunica, interpreta e expõe, para fins de preservação, estudo, pesquisa, educação, contemplação e turismo, conjuntos e coleções de valor histórico, artístico, científico, técnico ou de qualquer outra natureza cultural, aberta ao público, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento (BRASIL, 2009)

O museu é uma instituição colecionadora que organiza suas coleções conforme a natureza e a finalidade específica a que se destinam, e que tem por objetivo fundamental realizar ações de salvaguarda, pesquisa e comunicação de bens culturais materiais e imateriais que integram seu acervo.

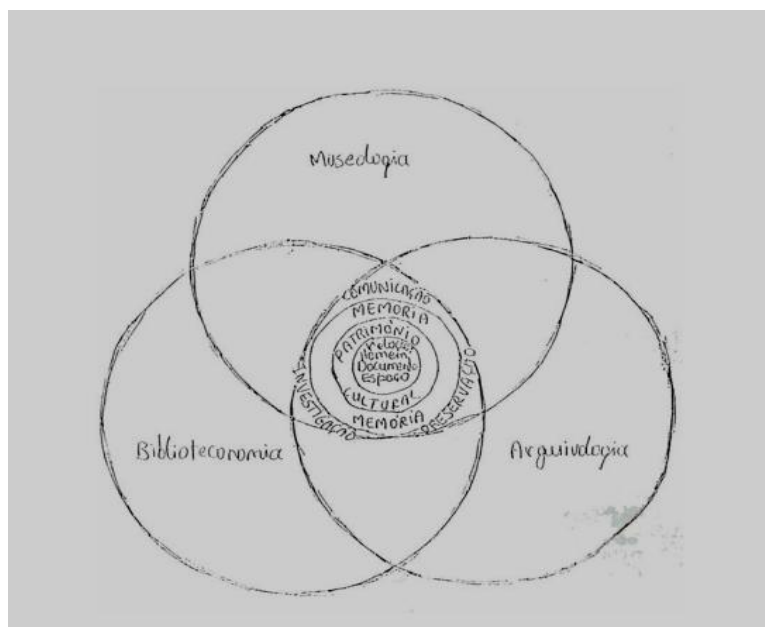
Possui função social, cultural e de pesquisa. A organização estrutural e funcional dessa instituição é baseada em métodos e técnicas específicas, visando à melhor forma de documentar, conservar e divulgar os procedimentos realizados, tendo em

vista sua variedade tipológica de acervo. Composto também de peças tridimensionais.

No museu, os objetos tem sua forma de ingresso por coleta, doação, legado, empréstimo, compra, transferência, permuta ou depósito. No que diz respeito ao tratamento documental, os objetos museológicos devem ser registrados individualmente. Para além da identificação de dados intrínsecos (tais como: peso, rigidez da peça, forma, cor, textura etc.) e de dados extrínsecos de ordem cultural (tais como: função, valor estético, valor histórico, valor financeiro, valor simbólico, valor científico etc.).

Neste processo, o importante é compreender que uma coisa ou objeto só se transforma em bem cultural como nos apresenta na figura 2 quando alguém (indivíduo ou coletividade) assim o diz e o valoriza de forma diferente aponta Menezes (1994). Nesse caso, os objetos são os documentos da instituição por transmitem informação.

Figura 2 - Relação áreas apresentada e os relativos conceitos trabalhados.



Fonte: Chagas (1994, p. 40)

De acordo com Ferrez (1994) cabe ao sistema de documentação museológica gerir e organizar seu acervo a partir da entrada dos itens, quando são realizados os

procedimentos de seleção e aquisição; da organização e controle, referentes aos processos de registro, número de identificação / marcação, armazenagem / localização, classificação / catalogação e indexação; saídas, momento da recuperação e disseminação da informação.

A Museologia tem como objeto de estudo o homem/sujeito e o objeto/bem cultural num espaço/cenário, pois é preciso entender que a teoria museológica se dar em conjunto com a sua prática e com a sociedade a qual ela está envolvida. Já a Biblioteconomia também é formada por três componentes que são eles a organização do conhecimento, a recuperação da informação e os usuários. Sendo assim, a biblioteca é vista como um lugar da memória do saber e o museu da memória de valor.

3 CONVERGÊNCIAS E DIVERGÊNCIAS ENTRE A BIBLIOTECONOMIA E A MUSEOLOGIA

No Brasil algumas palavras chaves, como apresenta Araújo (2012), convergem para si ambos os campos: instituição, memória, documento, informação e interdisciplinaridade. Esses pontos distintos podem ser discutidos de forma particular como já foi abordado no caso da informação e de forma rápida do documento ou em seus aspectos gerais.

Ainda segundo Araújo (2012), a relação da Biblioteconomia com a Ciência da Informação é mais forte do que com os outros campos, tanto no Brasil quanto no exterior, representada pela designação *Library and Information Science*. Segundo Saracevic (1996) é com a Biblioteconomia que a Ciência da Informação possui uma relação mais estreita, em razão do próprio arranjo desse campo e do compartilhamento de seu papel social e a preocupação comum com as dificuldades do efetivo emprego dos registros gráficos.

No país essa relação difundiu-se por meio da assiduidade de profissionais bibliotecários nos programas de pós-graduação em Ciência da Informação, e também pela sua própria constituição que, no país, contou com a participação de profissionais bibliotecários e documentalistas no primeiro curso de Mestrado da área, instalado no antigo Instituto Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação, (IBBD) em 1970, atual Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT). (ARAÚJO, 2012).

Conforme Pinheiro⁶ (1982 *apud* ARAÚJO, 2012) a proximidade da Museologia com a Ciência da Informação, no país, pode ser caracterizada como uma condição ímpar ou mesmo uma exceção, visto que na literatura estrangeira essa relação quase não aparece. Essa percepção também se dá nas Universidades que possuem os dois cursos como é o caso da UFS onde insignificantes parcerias são traçadas no âmbito de diálogo ou crescimento de ambos os cursos. No caso local os dois cursos apresentam o mesmo tempo de fundação, porém, Museologia está no Campus das

⁶ PINHEIRO, Lena. Usuários – informação: o contexto da ciência e tecnologia. Rio de Janeiro: LTC, 1982.

Artes em Laranjeiras, no turno matutino, enquanto que Biblioteconomia se encontra no Campus de São Cristóvão e funciona predominantemente à noite.

No caso apresentado por Pinheiro (2012) a relação de um modo geral no país é facilitada por diversos fatores, como: vínculos institucionais normalmente todo museu possui uma biblioteca, políticas públicas os dois fazem parte atualmente da mesma pasta do governo e são vistos como instrumentos culturais, ações acadêmicas e estudos interdisciplinares. Além disso, a relativa ausência de cursos de pós-graduação *stricto sensu* em Museologia possibilitou que muitos museólogos desenvolvessem suas pesquisas na Ciência da Informação (PINHEIRO, 2012). Atualmente tem o programa com mestrado e doutorado no Rio de Janeiro atrelado ao Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST), o programa de mestrado da Universidade Federal da Bahia (UFBA), programa de Pós- Interhumanidades em Museologia (USP), programa de Pós em Artes, Patrimônio e Museologia (UFPI).

Nesse campo da aproximação a raiz etimológica e histórica das primeiras instituições também apresenta ser algo bastante válido. As duas palavras tem origem grega *biblíon* “livro, suporte da escrita”, *théke* “caixa, depósito”, as quais formam junta a concepção de Biblioteca; e a palavra Museologia, também de origem grega, deriva inicialmente de *mouseíon* “templo das musas” e, posteriormente, do latim *museum* (museu).

Outro dado também é o surgimento das primeiras instituições ainda na Antiguidade

Além disso, encontra-se ainda uma proximidade histórica entre o momento de criação, na Antiguidade, dos primeiros “arquivos”, “bibliotecas” e “museus”, os quais formavam, em sua maioria, um único acervo em um único espaço. Esse contato entre essas instituições continuaram também no período da Idade Média, visto que elas compartilhavam geralmente de um mesmo espaço, levando ao entendimento de que não havia uma significativa separação institucional segundo seus acervos, funções e profissionais (ORTEGA, 2009; THIESEN, 2009).

Esse desmembramento só ocorre a partir da Idade Moderna e com os avanços de ambas as áreas que vão ganhando um ar mais científico.

Outro ponto relevante e que merece atenção é a Memória para isso se traz uma revisão bibliográfica a partir de grandes pensadores que traçam o perfil dessas instituições para que as mesmas se encaixem como lugares de memória.

3.1 Memória: o elemento inicial

A memória (do latim *memorĭa*) é a faculdade psíquica através da qual se consegue reter e (re)lembrar o passado. Também pode se constituir suportes para os processos de identidade e reivindicação das respectivas ordem e regras cotidianas. Nesse projeto, para tentar explicar o tema central serão utilizados, três teóricos: Le Goff⁷ (1994), Pierre Nora⁸ (1993) e Maurice Halbwachs⁹ (2006).

Para Le Goff (1994) a memória histórica está entre as sociedades orais, bem como entre a escrita e a transição de uma para outra por isso estuda as duas separadamente. Para ele os documentos e monumentos são materiais da memória coletiva, cujo documento nunca é inofensivo e que não existe um documento verdade.

Segundo Le Goff (1994), a memória coletiva, no século XIX, adquire uma quantidade que se tornou impossível solicitar à memória individual que recebesse o conteúdo das bibliotecas. O século XVIII, por sua vez, e uma parte importante do século XIX, viveram ainda sobre cadernos de notas e catálogos de obras. Na sequência a documentação por fichas ganhou espaço, conteúdo, seu caráter organizacional se deu no início do século XX. As fichas fazem perdurar a informação desse documento. Muito dessa memória coletiva pode ser encontrada em lugares como museus e bibliotecas.

⁷ Le Goff foi um historiador francês especialista em Idade Média. Autor de dezenas de livros e trabalhos, era membro da Escola dos Annales, empregou-se em antropologia histórica do ocidente medieval.

⁸ Pierre Nora ocupa uma posição particular, que o qualifica como uma referência entre os historiadores franceses contemporâneos. É conhecido pelos seus trabalhos sobre a identidade francesa e a memória, o ofício do historiador, e ainda pelo seu papel como editor em Ciências Sociais. O seu nome está associado à Nova História

⁹ Halbwachs foi um sociólogo francês da escola durkheimiana. Escreveu uma tese sobre o nível de vida dos operários, e sua obra mais célebre é o estudo do conceito de memória coletiva, que ele criou.

O citado autor também trata do conceito de memória e afirma que o mesmo nos remete a um fenômeno individual e psicológico. A memória é a propriedade de conservar certas informações. A memória coletiva foi posta em jogo de forma importante na luta das forças sociais pelo poder. Tornar-se senhor da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas.

O referido autor aborda ainda a memória eletrônica e cita duas consequências. A primeira, a utilização dos computadores no domínio das ciências sociais e, particularmente, daquela em que a memória constitui ao mesmo tempo, o material e o objeto; a segunda é o efeito “metafórico” da extensão do conceito de memória e da importância da influência por analogia da memória eletrônica sobre os tipos de memória.

Neste momento Pierre Nora (1993 *apud* Le Goff, 1994), pontua que a memória coletiva, definida como o que fica do passado, no vivido dos grupos, ou o que os grupos fazem do passado, pode à primeira vista opor-se, quase termo a termo, à memória histórica como se opunha antes às memórias afetivas e memória intelectual. Até nossos dias, história e memória confunde-se e a história parece ter-se desenvolvido sobre o modelo da rememoração, da anamnese e da memorização. Mas toda a evolução do mundo contemporâneo traz para a direção de um mundo acrescido de memórias coletivas e a história estaria muito mais que antes ou recentemente, sob a pressão destas memórias coletivas.

De acordo com Halbwachs (2006) a História é uma ferramenta a partir do estudo dos lugares da memória coletiva. (lugares topográficos – monumentais - simbólicos – funcionais –). Estes locais têm a sua história, aqueles onde se deve procurar não a sua elaboração, não a produção, mas os criadores e os denominadores da memória coletiva. “estados, meios sociais e políticos, comunidades de experiências históricas ou de gerações, levadas a construir os seus arquivos em função dos usos diferentes que fazem da memória.” (Halbwachs, 2006, p. 65). Sendo assim, o estudo da história se torna primordial, é o com aporte histórico que temos a fundamentação da memória dos lugares como museus e bibliotecas.

A questão central na obra de Halbwachs (2006) consiste na afirmativa de que a memória individual existe sempre e a partir de uma memória coletiva, posto que todas as lembranças sejam constituídas no interior de um grupo específico. A origem de várias ideias, reflexões, sentimentos, paixões que atribuímos a nós mesmos, são, na verdade, inspiradas pelo grupo. Halbwachs (2006) fala a respeito da memória individual referindo-se à existência de uma “intuição sensível”; onde em toda lembrança, há uma consciência puramente individual que se pode distingui-lo das percepções onde entram elementos do pensamento social.

Nesse sentido Maurice Halbwachs (2006) aponta que as lembranças podem, a partir desta “vivência” em grupo, ser reconstruídas ou simuladas. As lembranças podem ser simuladas quando ao entrar em contato com as lembranças de outros sobre pontos comuns em nossas vidas, acaba-se por expandir nossa percepção do passado, contando com informações dadas por outros integrantes do mesmo grupo ao qual pertencemos. A lembrança, de acordo com o autor é uma imagem engarrafada em outras imagens.

Ponderar a memória ou memórias é imprescindível. Pierre Nora (1993) é um dos grandes teóricos que refletiram acerca do tema, para ele Pierre Nora afirma que a curiosidade pelos lugares onde a memória se cristaliza e se refugia está ligada a este momento particular da nossa história, a “aceleração”. Para ele o momento de articulação onde a consciência da ruptura com o passado se confunde com o sentimento de uma memória esfacelada, e se constitui o despertar de uma memória suficiente para que se possa colocar o problema de sua encarnação. O sentimento de continuidade torna-se, portanto, residual aos locais. Há locais de memória porque não há mais meios de memória.

Nora (1993) sinaliza, assim, o fim das sociedades memória. Como todas aquelas que asseguravam a conservação e a transmissão dos valores, igreja ou escola, família ou Estado, o fim das ideologias memória, como todas aquelas que asseguravam a passagem regular do passado para o futuro ou indicavam o que deveria reter do passado para preparar o futuro: trate-se da reação, do processo ou mesmo da revolução, ainda mais é o modo mesmo da percepção histórica que com

a ajuda da mídia, dilatou-se prodigiosamente, substituindo uma memória voltada para a herança de sua própria intimidade pela película efêmera da atualidade.

Após todos os esclarecimentos dados acerca da expressão “aceleração da história”, Pierre Nora (1993) nos indica que o fenômeno acaba de nos revelar é toda a distancia entre a memória verdadeira, social, intocada, aquela cujas sociedades ditas primitivas ou arcaicas, representaram o modelo e guardaram consigo o segredo e a história, que é o que nossas sociedades condenadas ao esquecimento fazem do passado porque são levadas pela mudança. Assim continua o citado autor ao falar sobre os perigos dessa memória:

entre (grifo meu) uma memória integrada, ditatorial e inconsciente de si mesma, organizadora e toda poderosa e inconsciente de si mesma, organizadora e toda-poderosa, espontaneamente atualizadora, uma memória sem passado, que reconduz eternamente a herança, conduzindo o antigamente dos ancestrais ao tempo indiferenciado dos heróis das origens e do mito e a **nossa** (grifo meu) que só história, vestígio, trilha. Distância que só se aprofundou na medida em que os homens foram **reconhecendo** (grifo meu) como seu um poder e mesmo um dever de mudança, sobretudo a partir dos tempos modernos. Distância que chega hoje num ponto convulsivo. (NORA, 1993, p. 8, grifo nosso)

Pierre Nora (1993) nos explica que esse arrancar da memória sob o impulso conquistador e erradicador da história tem um efeito de revelação a ruptura de um elo de identidade muito antigo, no fim daquilo que vivíamos como uma evidência: a adequação da história e da memória.

Para o admirável historiador francês, o movimento que nos transporta é da mesma natureza que aquele que o representa. E afirma que se habitássemos ainda nossa memória, não teríamos necessidade de lhe consagrar lugares. Não haveria lugares porque não haveria memória transportada pela história. Assim, cada gesto, até o mais cotidiano seria vivido como uma repetição religiosa daquilo que sempre se fez numa identificação canal do ato e do sentido.

Nora (1993) afirma que se houver rastro, distância mediação, não estamos mais dentro da verdadeira memória, mas dentro da história.

[...] memória, história: longe de serem sinônimos, tomamos consciência que tudo opõe uma à outra. A memória é a vida sempre carregada por grupos

vivos e, nesse sentido ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, suscetível de longas latências e de repentinas revitalizações (NORA, 1993, p. 22).

De acordo com Nora (1993), a história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais. E a memória, por sua vez, constitui-se um fenômeno sempre atual, pois quem não tem história não conseguirá construir o seu momento atual. Segundo o autor, a história é uma representação do passado, porque é afetiva e mágica, não se adaptar-se a detalhes que a conforta, ela se alimenta de lembranças vagas.

Segundo o citado autor, a memória aloja a lembrança no sagrado, a história liberta e a torna sempre prosaica. A memória emerge de um grupo que ela une, neste momento, o autor cita Halbwachs (2006), ao afirmar que há tantas memórias quantos grupos existem que ela é por natureza múltipla e desacelerada, coletiva, plural e individualizada. A história, ao contrário, pertence a todos e a ninguém, o que lhe dá uma vocação para o universal.

A memória se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto. A história só se liga às continuidades temporais, as evoluções e às relações das coisas. A memória abarca o absoluto, ao passo que a história é um absoluto e a história só conhece o relativo. A memória, pois, é sempre suspeita para a história, cuja verdadeira missão é destruí-la.

[...] o movimento da história, a ambição histórica não são exaltação do que verdadeiramente aconteceu, mas sua anulação. [...] uma sociedade que vivesse integralmente sob o signo da história não conheceria [...] mais do que uma sociedade tradicional lugares onde ancorar a memória. Um dos sinais mais tangíveis desse arrancar da história da memória é [...] o início de uma história da história. Toda tradição histórica desenvolveu-se com o exercício regulado da memória e seu aprofundamento espontâneo, a reconstituição de um passado sem lacuna e sem falha. (NORA, 1993, p.16)

Nora (1993) afirmou que num país que não daria à história um papel diretor e formador da consciência nacional, a história da história não se encarregaria desse conteúdo polêmico. História, memória e nação mantiveram mais do que uma circulação natural: uma circularidade complementar, uma simbiose em todos os

níveis. A nação não é mais o quadro unitário que encerrava a consciência da coletividade ela só está ameaçada pela ausência de ameaças.

Com a emergência da sociedade no lugar e espaço da nação, Nora (1993) destaca que a legitimação pelo passado, portanto, pela história, cedeu lugar à legitimação do futuro. Essa legitimação é mais um combate, mas um dado; a história tornou-se uma ciência social e a memória um fenômeno puramente privado. A nação-memória terá sido a última encarnação da história-memória.

Segundo Pierre Nora (1993), o tempo dos lugares é esse momento preciso onde desaparece um imenso capital que se vive na intimidade de uma memória, para só viver sob o olhar de uma história reconstituída, aprofundamento decisivo do trabalho da história, por um lado, emergência de uma herança consolidada por outras narrativas. Os dois movimentos se combinam para nos remeter, de uma só vez aos instrumentos de base do trabalho histórico e aos objetos mais simbólicos de nossa memória: os arquivos, as bibliotecas, os museus, as comemorações. Para o autor, os lugares de memória são, antes de tudo, restos. A forma extrema onde subsiste uma consciência comemorativa numa história que a chama, porque ela a ignora.

Nora (1993) afirma que aquilo que oculta, estabelece, constrói, decreta, mantém pelo artifício e pela vontade uma coletividade, fundamentalmente, envolvida em sua transformação e sua renovação, valorizando por natureza, mais o novo do que o antigo, mais o futuro do que o passado. Museus, arquivos, cemitérios e coleções, monumentos e santuários, são os marcos testemunhais de outra era das ilusões de eternidade. São os rituais de uma sociedade sem ritual; sacralizações passageiras numa sociedade que dessacraliza, fidelidades particulares de uma sociedade que não cultiva os particularismos.

Em relação aos lugares, Pierre Nora (1993) ressalta que os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações; segundo o autor é por isso a defesa, pelas minorias, de uma memória refugiada sobre focos privilegiados, nada mais faz do que levar à incandescência a verdade de todos os lugares de memória.

Sem vigilância comemorativa a história depressa os varreria. Mas, se o que eles defendem não estivesse ameaçado, não se teria tampouco, a necessidade de construí-los e se a história não se apoderasse deles para deformá-los, transformá-los, eles não se tornariam lugares de memória, momentos da história arrancados do movimento da história, mas que lhe são devolvidos, não mais inteiramente a vida, nem a morte.

De acordo com o autor, a própria perda de nossa memória nacional viva nos impõe sobre ela um olhar que não é mais ingênuo, nem indiferente. Memória que nos pressiona e que já não é mais nossa, entre a dessacralização rápida e a sacralização provisoriamente reconduzida. Apego, que segundo ele, nos mantém ainda devedores daquilo que nos engendrou, mas distanciamento histórico que nos obriga. Para Nora (1993) a liquidação da memória foi soldada por uma vontade geral de registro. A passagem da memória para a história obrigou cada grupo a redefinir sua identidade pela revitalização de sua própria história. O dever de memória faz de cada um o historiador de si mesmo.

Neste momento, Nora (1993) faz uma importante afirmação, de acordo com o autor o imperativo da história ultrapassou o círculo dos historiadores profissionais, todos os corpos constituídos, intelectuais ou não, sábios ou não, apesar das etnias e das minoras sociais, sentem a necessidade de ir à busca de sua própria constituição, de encontrar suas origens. O fim da história – memória multiplicou as memórias particulares que reclamam sua própria história. O preço da metamorfose histórica da memória foi à conversão definitiva à psicologia individual.

Nora (1993) assevera que a violação do que foi, para nós, a própria imagem da memória encarnada e a brusca emergência da memória no coração das identidades individuais é como as duas faces da mesma moeda, o começo do processo que explode hoje. Inaugura-se um novo regime de memória, questão daqui por diante privada. Para o autor a psicologização integral da memória contemporânea levou a uma economia singularmente nova da identidade do eu, dos mecanismos da memória e da relação com o passado. Porque a coerção da memória pesa sobre o indivíduo e somente sobre o indivíduo, com sua revitalização possível repousa sobre sua relação pessoal com seu próprio passado.

Segundo o historiador francês, a atomização de uma memória geral em memória privada dá a lei da lembrança um intenso poder de coerção interior. Ela obriga cada um a se relembrar e a reencontrar o pertencimento, princípio e segredo da identidade. Para ele, quando a memória não está mais em todo lugar, ela não estaria em lugar nenhum se uma consciência individual, numa decisão solitária, não decidisse dela se encarregar. Quanto Menos a memória é vivida coletivamente, mais ela tem necessidade de homens particulares que fazem de si mesma homens-memória.

Para Pierre Nora (1993), a psicologização da memória deu a cada um o sentimento de que sua salvação dependeria do quitar de uma dívida impossível. A memória – arquivo, memória – dever, e segundo o autor é preciso um terceiro traço para completar esse quadro de metamorfoses: memória - distância. Porque, para ele, nossa relação com o passado, ao menos do modo como ela se revela através das produções históricas as mais significativas, é completamente diferente daquela que se espera de uma memória, não mais uma continuidade retrospectiva, mas o colocar da descontinuidade à luz do dia.

O historiador francês prossegue asseverando que para a história – memória de antigamente, verdadeira percepção do passado, consistia em considerar que ele não era verdadeiramente passado. Um esforço de lembrança poderia ressuscitá-lo ao presente tornando-se, ele próprio a sua maneira, um passado reconduzido, atualizado, conjurado enquanto presente por essa ancoragem e conclui afirmando que, sem dúvida para que haja um sentimento do passado é necessário que ocorra uma brecha entre presente e o passado.

Segundo o teórico, seriam os dois grandes temas da inteligibilidade da história, ao menos a partir da narrativa mitológica, mas que contribuía para dar a uma sociedade em vias de laicização nacional seu sentido e sua necessidade do sagrado. Mais as origens eram grandes e, de acordo com Nora (1993), elas nos engrandeciam, porque se venera a nós mesmos através do passado. E esta relação se quebrou. Da mesma forma que o futuro visível, previsível, manipulável, projeção do presente, tornou-se invisível, imprevisível, incontrollável, chegamos simetricamente, da ideia de um passado visível a um passado invisível, de um passado coeso a um que se vive

como rompimento, de uma história que era procurada na continuidade de uma memória a uma memória que se projeta na descontinuidade de uma história.

Não sealaria mais em origens, mas em nascimentos segundo o autor. Para Nora (1993) o passado nos é dado como radicalmente outro. Ele é esse mundo do qual estamos desligados para sempre. Paradoxalmente, a distância exige a reaproximação da conjuntura e lhe dá ao mesmo tempo sua vibração. A perda de um princípio único, explicativo, possibilita de acordo com Nora (1993) um universo fragmentado, ao mesmo tempo em que promoveu todo objeto, desde o mais humilde, o mais improvável, inacessível, à dignidade do mistério histórico.

Pierre Nora (1993) segue afirmando que se ninguém sabe de que o passado é feito, uma inquieta incerteza transforma tudo em vestígio, indício possível, suspeita de história com a qual se contamina a inocência das coisas. Afirma Nora (1993) que a nossa percepção do passado é a apropriação veemente daquilo que sabemos não mais nos pertencer. Ela exige a acomodação precisa sobre um objeto perdido. A representação exclui o afresco, o fragmento, que procede através de iluminação pontual, multiplicação de tomadas seletivas, amostras significativas, memória intensamente retiniana e poderosamente televisual.

A Memória – espelho, segundo Nora (1993), dir-se-ia se que os espelhos não refletissem a própria imagem, quando ao contrário, é a diferença que se procura aí descobrir. E no espetáculo dessa diferença o brilhar repentino de uma identidade impossível de ser encontrada não reflete mais uma gênese, mas o deciframento do que somos à luz do que não somos mais.

Neste momento, Pierre Nora (1993) afirma da que a explosão da história – memória emerge um novo personagem, pronto confessor, diferentemente de seus predecessores, a ligação estreita, íntima e pessoal que ele mantém com eu sujeito a aprofundá-lo e a fazer não o obstáculo, mas a alavanca de sua compreensão. E conclui afirmando que porque esse sujeito deve tudo a sua subjetividade, sua criação, sua recriação, é ele o instrumento do metabolismo que dá sentido e vida a quem em si, e que sem ele, não teria nem sentido nem vida.

Para o autor, nossa sociedade, certamente arrancada de sua memória pela amplitude de suas mudanças, mas ainda mais obcecada por se compreender historicamente, está condenada a fazer do historiador um personagem cada vez mais central porque nele se opera aquilo de que ela gostaria, mas não pode dispensar. O historiador é aquele que impede a história de ser somente história.

Segundo Nora (1993), a mudança do modo de percepção reconduz obstinadamente o historiador aos objetos tradicionais dos quais ele se havia desviado, os usuais de nossa memória nacional. São os lugares, com efeito nos três sentidos da palavra, material, simbólico e funcional, simultaneamente somente em graus diversos. Mesmo um lugar de aparência puramente material, como um depósito de arquivos, só é lugar de memória se a imaginação o investe de uma aura simbólica.

Mesmo um lugar puramente funcional, como um manual de aula, um testamento, uma associação de antigos combatentes, só entra na categoria se for objeto de um ritual. Mesmo um minuto de silêncio, que parece o exemplo extremo de uma significação simbólica, é ao mesmo tempo o recorte material de uma unidade temporal e serve, periodicamente, para uma chamada concentrada da lembrança.

Os três aspectos coexistem sempre, de acordo com o teórico francês. É material por seu conteúdo demográfico; é funcional por hipótese, pois garante ao mesmo tempo a cristalização da lembrança e sua transmissão; mas simbólica por definição, visto que caracteriza por acontecimentos ou uma experiência vivida por um pequeno número, por uma maioria que deles participou. O que os constitui é um jogo da memória e da história, uma interação dos dois fatores que leva a sua sobre determinação recíproca. É preciso ter vontade de memória.

Sendo assim são divididas para interação da memória e dos seus lugares as fontes diretas e indiretas. As primeiras são tudo o que é produzido de forma concreta como leis e outros procedimentos, já as indiretas são todos os depoimentos deixados por uma época sem equívocos de sua utilização futura pelos historiadores como pode ser observado pelos lugares da memória exemplos de museus e bibliotecas.

De acordo com Nora (1993), se a história, o tempo, a mudança, não interviessem, seria necessário se contentar com um simples histórico dos memoriais – lugares, portanto, mais lugares mistos, híbridos e mutantes, porque se é verdade que a razão fundamental de ser um lugar de memória é parar o tempo, bloquear o trabalho do esquecimento, fixar um estado de coisas, imortalizar a morte, materializar o imaterial, prender o máximo de sentido num mínimo de sinais, é claro e é isso que os torna apaixonantes: que os lugares de memória só vivem de sua aptidão para a metamorfose, no incessante ressaltar de seus significados e no silvado imprevisível de suas ramificações.

[...] todos os lugares de memória são objetos no abismo. Esse mesmo princípio de duplo pertencimento que permite operar na multiplicidade dos lugares, uma hierarquia, uma delimitação de seu campo, um repertório de suas escalas. Se vimos efetivamente as grandes categorias de objetos que sobressaem do gênero, tudo o que vem do culto dos mortos, tudo o que sobressaí do patrimônio, tudo o que administra a presença do passado no presente – está, portanto claro que alguns, que não entram na estrita definição, podem isso pretender e que inversamente, muitos [...] devem de fato ser excluídos. (NORA, 1993, p.23)

Nora (1993) segue, asseverando que toda constituição, todo tratado diplomático são lugares de memória. E é a memória que dita e a história que escreve. É por isso, segundo ele, que dois domínios merecem que nos detenhamos: os acontecimentos e os livros de história, porque mesmo não sendo mistos de memória e história, os instrumentos por excelência da memória em história permitem delimitar nitidamente o domínio. Os livros de história são unicamente os lugares de memória daqueles que se fundam num remanejamento efetivo da memória ou que constituem os breviários pedagógicos.

Esclarecendo-nos ao concluir seu artigo, Nora (1993) afirma que somente dois tipos dentre os grandes acontecimentos são relevantes, que não dependem em nada de seu tamanho. De um lado os acontecimentos, por vezes ínfimos, apenas notados no momento, mas aos quais, em contraste, o futuro retrospectivamente conferiu grandiosidade das origens, a solenidade das rupturas inaugurais. De outro lado, os acontecimentos onde, no limite, nada acontece, mas que são imediatamente carregados de um sentido simbólico e que é ela própria, no instante de seu desenvolvimento, sua própria comemoração antecipada.

A memória pendura-se em lugares, afirmou Pierre Nora (1993), como a história em acontecimentos. Insistiu-se sobre o aspecto material dos lugares, eles próprios se dispõem num vasta degradação. Veja-se primeiro, os portáteis, não os menos importantes, visto que o povo da memória dá um exemplo maior com as tábuas da lei: veja-se o topográfico, que devem tudo a sua localização exata e a seu enraizamento ao solo: vejam-se os lugares monumentais que não saberíamos confundir com os lugares arquiteturais.

O aparecimento e a difusão da escrita estão essencialmente relacionados à evolução da memória. As grandes civilizações, como as da Mesopotâmia, do Egito, da China e da América pré-colombiana usaram a memória escrita como símbolo de progresso evolutivo. Para Le Goff (1996), com a passagem da oralidade à escrita, a memória coletiva foi profundamente transformada.

A passagem da memória oral à memória escrita é de difícil compreensão. Como exemplo há o que ocorria na Grécia antiga, onde havia a figura do *mnemon*, que era a pessoa encarregada de guardar a lembrança do passado em vista de uma decisão judicial. *Mnemosyne*, que representa a memória em grego, era a deusa mãe das musas e das divindades responsáveis pela memória e inspiradoras da imaginação criativa dos artistas e dos poetas.

Outro exemplo é o caso dos dados da idade média que contavam os acontecimentos como uma forma de divulgar o que acontecia em seu meio por onde passava.

O *mnemon* servia também ao herói, acompanhando-o e lembrando-o, sem cessar, uma ordem divina cujo esquecimento poderia trazer a morte. O *mnemon* foi utilizado como magistrado, com a incumbência de conservar na memória o que fosse útil em matéria religiosa e jurídica. Os *mnemones*, as “memórias vivas”, com o desenvolvimento da escrita, transformaram-se em arquivistas.

A memória aparece então como um dom para iniciados e a *anamnesis*, a reminiscência, como uma técnica ascética e mística. Também a memória joga um papel de primeiro plano nas doutrinas órficas e pitagóricas. Ela é o antídoto do Esquecimento. No inferno órfico, o morto deve evitar beber no

Letes, mas, pelo contrário, nutrir-se da fonte da Memória, que é uma fonte de imortalidade. (LE GOFF, 1996, p. 438; 2003, p. 434)

Todas as ações do homem estão postas no papel: sua literatura, sua ciência, seu direito, sua religião, etc. Tudo isso se constitui em artefatos da escrita.

Os primeiros, estátuas ou monumentos aos mortos, conservam seu significado em sua existência intrínseca, mesmo se sua localização está longe de ser indiferente, outra encontraria sua justificação sem alterar a deles. Segundo o autor o mundo não acontece com os conjuntos construídos pelo tempo, e que tiram sua significação das relações complexas entre seus elementos: espelhos do mundo ou de uma época, como a catedral.

Aqui Nora (1993) faz outra importante distinção os lugares dominantes e os lugares dominados. Os primeiros, segundo ele, espetaculares e triunfantes, imponentes e geralmente impostos, quer por uma autoridade nacional, quer por um corpo constituído, mas sempre de cima, tem muitas vezes a frieza ou a solenidade das cerimônias oficiais, mas nos deixamos levar do que vemos a eles. Os segundos são os lugares de refúgio, o santuário das fidelidades espontâneas e das peregrinações do silêncio. É o coração vivo da memória.

Nora (1993) concluiu afirmando que os lugares são nosso momento de história nacional, uma característica decisiva os coloca radicalmente a parte de todos os tipos de história, antigos e novos, aos quais estamos habituados. De acordo com Nora, todas as aproximações históricas e científicas da memória, sejam elas dirigidas a da nação ou a das mentalidades sociais, tinham a ver com as próprias coisas cuja realidade em sua maior vivacidade elas se esforçavam para apreender.

Diferentemente de todos os objetos da história, os lugares de memória não têm referentes na realidade, eles são seu próprio referente, sinais que devolvem a si mesmos, sinais em estado puro, o que os faz lugares de memória é aquilo pelo que, exatamente, eles escapam da história; espaço ou tempo, espaço e tempo de um círculo no interior do qual tudo conta, tudo simboliza, tudo significa. Nesse sentido, o lugar de memória é um lugar duplo: um lugar de excesso, fechado sobre si mesmo,

fechado por sobre sua identidade, e recolhido sobre seu nome, mas constantemente aberto sobre a extensão de suas significações.

Porém, o viés mais importante de maior união ou divergência dos campos está na representação informacional. Para isso dividimos o tópico em três categorias: descritiva, temática e conceitual. Pode-se afirmar que são elas também as grandes responsáveis pelo ato documental em si nas duas instituições.

3.2 Viés da Representação Temática

Neste tópico discorre-se a respeito da representação temática, que somente pode ser alcançada considerando-se a abrangência da análise de assunto, com foco no documento aqui entendido de sua forma ampla. A investida é pertinente, pois se compreende como uma das premissas de averiguação que a ligação entre documento e usuário é formada pela informação documentária, que totaliza a representação temática.

Levando em consideração o entendimento sobre o que é representação, pode-se associá-la de duas formas: como processo de identificação da matéria (forma do documento) e como produto de condensação do conteúdo (assunto).

3.2.1 Representação temática na biblioteconomia

Assim, o andamento da informação até a sua representação temática em bibliotecas é entendida como parte capturada pelo tratamento ou organização da informação. A Ciência da Informação realiza importante papel no trato de elementos, pois lida com a essência que originará o conhecimento (MAIMONE; SILVEIRA; TÁLAMO, 2011). Por isso, de acordo com as autoras, a representação da informação torna-se atividade primaz de originais cenários intelectuais, por reproduzir o conteúdo dos documentos, a fim de disponibilizar sua recuperação e assimilação por parte dos usuários.

A organização física de documentos não é uma apreensão que se inicia apenas com a emergência das classificações bibliográficas no século XIX. Como organizar e

manter documentos minimamente compreensíveis para o uso sempre foi tema que reuniu a atenção das mais diferentes culturas no intuito de armazenar seus registros produzidos. De acordo com Tálamo *et al* (1995), no segundo milênio antes de Cristo, encontra-se a destaque mais antiga da procura por uma ordem dos documentos mesopotâmicos, que, produzidos em tábuas de argila, tinham de ficar resguardados por um tipo de envelope que continha algumas informações idênticas ao que hoje chamamos de resumo.

As classificações bibliográficas, como entendidas atualmente, são produto do final do século XIX, quando foram organizadas tabelas sistemáticas que pretendiam dividir a informação de forma a ser funcional para encontrar dados e documentos.

Com a finalidade de constituir as relações devidas entre os documentos, mantendo as características intelectuais de sistemas de pensamento que foram desenvolvidos até o momento, os sistemas de classificação se tornaram ferramentas indispensáveis para as funções dentro de uma unidade informacional. De acordo com San Segundo Manuel (1996, p.69) classificar é incorporar os documentos de acordo com seu conteúdo e assim, conseguir montar um esquema de grupos nos diferentes campos do conhecimento tendo como consequência o compartilhamento conceitual entres estes campos.

O ordenamento de documentos de acordo com o assunto de que tratam e sua separação ou junção que leva em importância as semelhanças e diferenças é a base das classificações bibliográficas, pois, “Na verdade, quando nos mencionamos á classificação bibliográfica, subentendemos uma classificação que tem por base os assuntos tratados nos documentos.” (PIEIDADE, 1983, p.65). Mesmo sendo bibliográfica, Piedade (1983), explica que uma classificação pode ter base filosófica ou não, e as que não têm são denominadas classificações objetivas.

Em relação ao conceito de classificação bibliográfica, San Segundo Manuel (1996, p. 70, tradução) escreve que estas: “baseiam-se principalmente nas classificações do conhecimento, mas somam-se a essas diferentes características que as compõem como tal”. Nesta perspectiva, a autora explica que as classificações bibliográficas têm o objetivo de ordenar os grupos temáticos de uma determinada

unidade documental e elaborar catálogos e bibliografias sistemáticas que sejam úteis à recuperação das informações, sendo que toda a documentação seria regida por uma ordem que se interrelaciona (SAN SEGUNDO MANUEL, 1996).

Nesta direção, Tálamo *et al* (1995), escrevem que o acesso à informação sempre é realizado através de intermediações, ou seja, sempre terá um meio para ser transmitido, sendo assim, as intermediações, em uma biblioteca, se materializam nas figuras dos catálogos e bibliografias onde as informações podem se inventariar de forma a dar entrada a documentos que estariam eventualmente dispersos.

Com base em San Segundo Manuel (1996), faz-se referência ao sistema de classificação de Jacques Charles Brunet, que, no mercado livreiro parisiense do século XIX, escreveu o *Manuel du libraire et de l'amateur de livres*, um repertório bibliográfico para os fundos de livros que seriam comercializados.

Neste sentido, a citada autora explica que Brunet não foi o primeiro a elaborar um instrumento assim, sendo que em 1678, Jean Garnier, um teólogo francês, elaborou um sistema de classificação para organizar a Biblioteca do Colégio Jesuíta de Paris, onde inovou, ao deixar as divisões das disciplinas que eram oferecidas nas faculdades e estabelecer grupos temáticos que incluíam a Teologia, Filosofia, História e Jusriprudência. No século XIX pode-se dizer que o sistema francês de classificação foi dominante, no entanto, no final do século foi sendo substituído pelos sistemas anglo-saxões como, por exemplo, a Classificação Decimal de Dewey (CDD).

Para Dias e Naves (2007, p.16) a classificação tem o objetivo de “identificar o conteúdo dos documentos”, no entanto, diferente de outros processos característicos da biblioteconomia, tem duas características específicas: “[...] a) o objetivo é o de determinar um lugar para o documento numa coleção organizada por assunto; e b) utiliza um sistema de classificação bibliográfica para representar os assuntos.” Neste sentido, possibilita que cada documento tenha uma localização relativa no acervo.

O exemplo de um sistema de classificação bibliográfica de grande difusão é a CDD, que a partir do estudo das obras dos grandes filósofos como Aristóteles, Locke,

Bacon, Harris, não rotulava as estantes e sim permitia de forma específica que os livros fossem organizados de uma forma sistemática, com uma localização relativa „, portanto, mais fáceis de serem encontrados. Assim, segundo Piedade (1983) a CDD se presta como uma classificação enumerativa, onde indica os assuntos de forma a apresentar símbolos que representam o conhecimento. Esse sistema, como explica San Segundo Manuel (1996), nasceu para atender às necessidades práticas de bibliotecas mais, tipo biblioteca pública ou escolar, que precisavam dispor de forma imediata os livros acessíveis a seus usuários.

Na transição entre o século XIX e o século XX o controle bibliográfico da informação especializada possibilitou o surgimento do sistema de Classificação Decimal Universal (CDU), também muito difundido, que é fruto do trabalho de Paul Otlet e Henri La Fontaine. Silva e Ganin (1994), explicam que por conter elementos que permitem que sejam criados subsistemas ou minissistemas de conceitos secundários que não estão previstos dentro do sistema e que podem ser atribuídos pelo classificador, à classificação de Otlet e La Fontaine combinam de forma inovadora a hierarquia que era seguida rigidamente na CDD e a riqueza oferecida pela síntese, representadas pelos inúmeros símbolos e tabelas auxiliares.

Na década de trinta do século XX, precisamente em 1933, surge a classificação facetada, de Shiyam Ranganathan, que trata de identificar e organizar os assuntos de maneira que suas partes possuam características comuns a diversas categorias de um mesmo assunto. Nestes sistemas, tem-se a divisão do assunto realizada em cadeia, ou seja, quando há a análise, é necessário que este seja dividido em subclasses até que as possibilidades se esgotem. Para Vickery (1980), Ranganathan representa, na história das classificações bibliográficas, o pensador que desenvolveu da melhor maneira a teoria das classificações.

De acordo com Tristão, Fachin e Alacon (2004, p. 165): "[...] tem sido largamente discutida na academia como uma solução para a organização do conhecimento, em decorrência de suas potencialidades de acompanhar as mudanças e a evolução do conhecimento". O conhecimento é considerado por Ranganathan como um ciclo que contém a totalidade de ideias de um ser humano, essas ideias ficam claras e são

construídas através da observação e das influências das coisas que o cercam em seu meio.

Como todos os sistemas, este teve seu desenvolvimento marcado por correções, discordâncias e críticas, que ainda estão sendo elaboradas e contribuem para que se aperfeiçoe e ofereça novas possibilidades de uso. Vickery (1980) coloca que estas ideias e teorias desenvolvidas pelo filósofo fizeram com que a classificação fosse vista com maior flexibilidade, mas alerta que seus estudos ainda estão sendo analisados na totalidade e que o uso deste instrumento é restrito no sentido de ser extremamente específico e, talvez, não funcione tão bem com usuários em unidades de informação. No mais, as contribuições de Ranganathan hoje se refletem na Teoria do Conceito e na Teoria da Classificação e são estudadas no âmbito da construção de tesouros e taxonomias para a organização do conhecimento em diferentes tipos de ambientes.

Pode-se citar ainda com igual importância, os sistemas desenvolvidos por Charles Ami Cutter, que em 1879 publicou a *Expansive Classification*, onde propôs uma organização dos assuntos e áreas de forma expansiva em sete tabelas classificatórias; a classificação da Biblioteca do Congresso de Washington, de 1800, que estabelece os assuntos tratados em suas tabelas representados por letras do alfabeto; a classificação de James Duff Brown, que em 1906 publica a *Classificação Temática*; a classificação de Henry Evelyn Bliss, que estabeleceu uma divisão de assuntos a partir de quatro pontos de vista que é o filosófico, teórico, histórico e prática proposta na obra seriada *A bibliographic classification extended by systematic auxiliary schedules for composite specification and notation*, publicado em 1953.

Evidencia-se que estes sistemas e outros que são utilizados e ainda desenvolvidos atualmente são os resultados de estudos, grupos de pesquisa e esforços para proporcionar uma organização das informações e do conhecimento que contemple ao mesmo tempo as exigências práticas como teóricas em termos de novas linguagens e perspectivas documentárias.

É necessário evidenciar que os museus para preservar, expor e oferecer ao estudo e lazer seus objetos necessariamente precisam de um sistema de organização e tratamento informacional. Este tratamento se dá através de processos que irão envolver a coleta de objetos, o armazenamento adequado, o tratamento no sentido de classificar e catalogar as peças, organização e por fim a disseminação das informações destes objetos em catálogos elaborados especificamente para este objetivo.

3.3.2 Representação temática nos Museus

A criação de normas e modelos que sirvam para a mediação das informações que os objetos carregam visa uma interlocução entre os contextos culturais que estes representam e sua disseminação para os usuários que necessitam de informações por diversos motivos. Os objetos de museus, como qualquer outro documento, têm informações e representam um momento da atividade humana ou um registro da natureza. São fontes de pesquisa e assumem dentro da instituição um papel voltado ao conhecimento e ao estudo, já que mostram uma realidade deslocada de seu lugar original. Por isto devem ser tratados, contextualizados, catalogados e classificados adequadamente. Quando se trata de estudar os museus com foco em suas funções Ferrez (1994), entende que este é intimamente ligado às atividades informacionais, pois os objetos são portadores e veículos de informações e como tais têm o potencial de se transformarem em fontes para pesquisas científicas, podendo assim gerar novas informações e conhecimentos.

A classificação é um dos elementos que compõe, junto a catalogação, aquisição e pesquisa, o processo de tratamento documental das peças do acervo de um museu. A materialização deste tratamento se dá através da elaboração dos catálogos, inventários e bases informatizadas que possibilitam uma visão geral dos dados das coleções, o que também permite uma sistematização destas informações tanto para os profissionais que cuidam do acervo quanto para os pesquisadores e usuários.

A elaboração de instrumentos que possam servir para auxiliar na gestão e na organização, com regras determinadas, para os objetos de museu é a documentação museológica.

Os instrumentos que fazem o controle administrativo, difusão dos fundos e coleções do museu, inventários, catálogos ou guias são na visão de Marín Torres (2002) a documentação museográfica¹⁰, pois todo estudo que se fizer de uma coleção, pressupõe que seja dirigido pela elaboração de instrumentos de classificação, catalogação, análise, para que a informação científica seja devidamente divulgada e possa ser pesquisada.

Para Barbuy (2008) a Documentação museológica é a organização das informações sobre o acervo de um museu. Esta organização permite que todos os trabalhos desenvolvidos na instituição tenham uma base que permita que as informações se tornem acessíveis ao público e pesquisadores.

Para que seja realizado o tratamento das obras de um museu de acordo com as Normas da Documentação museológica, todos os objetos passam pelos processos de registro, fotografia do objeto para o catálogo e inventário.

O termo classificação, na Museologia, no âmbito da Documentação museológica, é definido no glossário do campo como:

Classificação - sequência de operações realizadas em um museu que visam a distribuir os objetos/documentos em diferentes categorias agrupando-os de acordo com suas analogias e características comuns. O sistema de classificação varia de acordo com a estrutura, funções, atividades e objetivos das instituições produtoras. Exemplo: no Museu Mineiro, o conjunto de objetos classificados na categoria comunicação, embora apresentem diferenças entre si, quanto à morfologia, material, técnica, dimensão e uso, compartilham da característica de prestarem-se como suporte material às atividades de comunicação, ou seja, de transmissão de informações ao homem, seja na forma escrita, sonora, visual, etc. (CADERNOS..., 2006, p. 150).

Portanto, em um museu a classificação é feita a partir das características dos objetos de acordo com o contexto e função a que se presta a instituição, ou seja, a

¹⁰ Adota-se a definição documentação museológica, no entanto a autora distingue museografia de museologia conceituando da seguinte maneira: "Sem entrar na profunda discussão e na abundante literatura científica que estudou esses dois conceitos, podemos dizer que, basicamente, se distingue pela abordagem teórico-histórica dos fenômenos do museu e da cultura material realizada pela museologia, ao contrário do estudo de orientação mais prática que a museografia exerce. Da mesma forma, a documentação museológica seria uma parte disciplinar dentro do sistema museológico que é responsável pelo estudo da teoria, história, técnicas e procedimentos realizados nos museus ao administrar e dar um sentido informativo e científico aos seus museus. coleções (MARÍN TORRES, 2002, p.50, tradução nossa).

classificação segue a tipologia do museu e provavelmente suas linhas de atuação e os instrumentos são inseridos de acordo com estes preceitos.

Para Ferrez (1994), baseada nos apontamentos de Mensch (1987), os objetos são portadores de informações intrínsecas e extrínsecas que devem ser identificadas na abordagem museológica como pode ser observado no Quadro 1. As informações intrínsecas são as percebidas no próprio objeto, sem necessidade de recorrer a outras fontes. As informações extrínsecas ou informações documentais como apontada por Ferrez (1994), baseada em Mensch (1987), necessitam de outras fontes para que sejam conhecidos o contexto e o significado que o objeto teve antes de sua entrada no museu. Geralmente estas informações são obtidas no momento que o objeto é adquirido pelo museu ou através de pesquisa e bibliografias. Desta forma, são descritas as categorias de informação que devem ser identificadas a partir dos objetos.

A autora explica que a análise do objeto é feita seguindo a matriz tridimensional, a propriedade física, a função e o significado e história sendo que a propriedade física é referente às características extrínsecas e a função, significado e história referem-se às características intrínsecas dos documentos (FERREZ, 1998).

Para Lapa (2011) a bibliotecária Yvonne Odonn desenvolveu um esquema de classificação com vias à normalização esse trabalho utiliza a Ficha Classificatória Polivalente – Figura 3 que de acordo com Albuquerque (2015, p. 16) foi “elaborada no ICOM que, apesar do nome, mostra campos voltados mais à descrição do que à classificação propriamente dita”, conforme é mostrado pela Figura 3.

Yvonne Odon, de acordo com Oliveira¹¹ (2009 *apud* ALBUQUERQUE, 2015), foi influenciada pelo estudioso Georges Henri Rivière, que foi um dos participantes da criação do ICOM em 1947, e foi seu diretor de 1948 a 1966. Mesmo depois de sua saída da direção, Rivière permaneceu como “conselheiro permanente” até 1985, ano de sua morte (LAPA, 2011).

¹¹ OLIVEIRA, A. K. R. de. **Museologia e Ciência da Informação**: distinções e encontros entre áreas a partir da documentação de um conjunto de peças de ‘Roupas Brancas’. 2009. 133 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação)–Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

Para Rivière o estudo das coleções do museu se dava com a elaboração paralela de instrumentos de classificação e de análise, que serviria tanto para a organização da documentação como para a gestão. Deste modo a documentação era atividade central nos museus considerando que a atividade primordial da instituição eram suas funções educativas e culturais e por isso teria de ter aspectos que contemplassem a comunicação da informação científica (OLIVEIRA *apud* ALBUQUERQUE, 2015).

Quadro 1 – Categorias de informação que devem ser identificadas a partir do objeto

Categorias de informação a serem identificadas a partir dos próprios objetos ou de outras fontes, Ferrez (1998, p. 02) baseada em Mensch (1987, 1990)	
1. Propriedades físicas dos objetos (descrição física)	
a) composição material	<ul style="list-style-type: none">• Forma espacial, dimensões• Estrutura da superfície• Cor• Padrões de cor, imagens• Texto, se existente
b) construção técnica	
c) morfologia subdivida em:	
2. Função e significado (interpretação)	
a) significado principal	<ul style="list-style-type: none">• Significado função• Significado expressado (valor emocional)
b) significado secundário	
3. História	
a) gênese	<ul style="list-style-type: none">• Processo de criação no geral ideia e matéria-prima se transformam num objeto• Uso inicial, geralmente de acordo com as intenções do criador/fabricante• Reutilização• Fatores endógenos• Fatores exógenos
b) uso	
c) deterioração, ou marcas do tempo	
d) conservação, restauração	

Fonte: MENSCH (1987; 1990 *apud* FERREZ, 1998, p. 2)

A citada autora ressalta que Rivière compreendia o termo documentação de forma “polivalente”, porque pode ser moldada e utilizada de acordo com as necessidades de cada instituição, além de ser um termo que ainda não tem um campo nocional definido na área.

Assim, os instrumentos seriam as formas mais precisas e seguras para o estudo e conservação das informações que são produzidas em um museu tendo sua materialização no catálogo, quando for o caso de um tratamento

científico e para o registro dos objetos, no inventário. (OLIVEIRA *apud* ALBUQUERQUE, 2015).

Figura 3 - Ficha Classificatória Polivalente – Odoon – 1

1 Nº do objeto.....	4 Classificação	5 Localização no Museu.....
2 Instituição.....		
3 Proprietário.....		
6 Local de origem.....		
7 Nome do objeto ou da espécie.....		
8 Nome do autor ou classe, ordem, família ou gênero.....		
9 Materiais.....		
10 Descrição, técnicas, título (se houver), assinatura, dimensões.....		
11 Data, modo, fonte e lugar de aquisição.....		
12 Preço pago, avaliação, data (se houver).....		
13 Coletor, missão.....		
14 Grupo cultural ou étnico.....		
15 Função, uso, utilização.....		
16 Cronologia; dúvidas acerca da autenticidade.....		
17 Estilo, escola, influências representadas.....		
18 História.....		
19 Conservação, restauração, notas museográficas.....		
20 Documentação.....	Código do museu.....	
Técnico responsável pela ficha.....	Negativo .	

Fonte: Camargo-Moro (1986)

Segundo (CAMARGO-MORO, 1986) a Ficha Classificatória Polivalente foi criada por Yvonne Odoon entre 1971 e 1973 e serviu, na época, como referência para diferentes sistemas de documentação de museus de forma internacional, como era a proposta do ICOM. A ficha podia ser adaptada a tipos variados de acervos, pois o que criadora tinha justamente a intenção de uma padronização no tratamento documental. De acordo com a necessidade de cada museu, a ficha poderia ter mais ou menos detalhes ou campos e dar uma visão ampla sobre cada objeto. Os campos da ficha, se observados em relação ao tipo de museu, podem ser considerados bem genéricos, visto que as informações em determinados museus, como os de arte, etnográficos ou históricos têm de ser específicas e seguir a linha em que o museu se insere.

No Manual Prático “Como Gerir um Museu”, publicado pelo ICOM (2004), há a menção à classificação em diversos momentos, mas não há uma definição nem um tópico específico para o assunto. Num primeiro momento o Manual explica o processo de catalogação, numeração e identificação dos objetos museológicos e

cita a classificação como uma informação no catálogo, junto a detalhes descritivos, identificação, origem, fotografia do objeto. Depois, no momento em que o Manual descreve e recomenda campos para a elaboração do inventário, é recomendado: “Informação sobre a classificação e nome” (ICOM, 2004, p. 51), no caso esta classificação seria para museus de história natural podendo ser adaptada a outros tipos de museus como de artes ou históricos. Os campos são descritos da seguinte maneira:

Informação sobre a classificação e nome Nome do objeto/nome comum (campo obrigatório) O nome comum do objecto, mais conhecido entre um membro do público ou investigador. Pode ser útil incluir um nome geral, seguido pelo nome técnico mais específico, de forma que a função seja comum ao utilizador geral e ao investigador. No caso de um objecto arqueológico, de arte ou de história, este registro pode ser completado pelos dois campos da categoria (categoria por forma, função ou tipo e Categoria por técnica). No caso de um espécime de história natural, este registro é para a forma não latina do nome, enquanto o nome latino é registrado no nome de Classificação. [...]. Nome de classificação O nome de classificação de um espécimen de história natural. Exemplo: “*agraecum sesquipedale*”. (ICOM, 2004, p.51).

O através do Manual o ICOM continua a explicação, sugerindo a classificação por determinadas categorias, dando o entendimento de que esta função é objetiva no sentido de dar um lugar ao objeto e definir sua classe dentro da instituição:

Categoria por forma, função ou tipo Termo de classificação que descreve a forma física, função ou tipo do objecto. O método específico dependerá da área de estudo. Exemplo: “recipiente”, “mobiliário”. [...]. Categoria por técnica Termo de classificação que descreve a técnica de produção do objecto. O método específico deve ser registrado no campo Técnica. A utilização deste campo de classificação dependerá do tipo de acervo. Exemplo: “cerâmica”, “cestaria”. (ICOM, 2004, p.51)

É possível perceber que nas recomendações do Manual do ICOM, a classificação é uma parte do processo de catalogação que dará origem e 41 definirá os campos necessários para o inventário. Estas recomendações fazem parte do esforço dos profissionais do ICOM em estabelecer uma normalização e adequação às formas de tratamento dos acervos de museus.

O “Thesaurus para acervos museológicos” se destaca em relação ao tratamento e classificação dos objetos de museus. Publicado em 1987, lançado pela Fundação Nacional Pró-Memória e de autoria de Helena Ferrez e Maria Helena Bianchini (1987). Este Thesaurus é a primeira obra brasileira a propor uma classificação para

os objetos de coleções históricas, ou seja, os museus que tratam dos grandes temas de uma nação, por exemplo. O Tesauro é um instrumento que tem como característica ser constituído por um conjunto de termos que se referem a uma área específica do conhecimento e relaciona, de forma semântica e genérica estes termos.

O “Thesaurus para acervos museológicos” foi elaborado de acordo com as relações de gênero e espécie, ou seja, relações que refletem o todo, portanto genéricas. As relações partitivas, associativas e de equivalência e o esquema classificatório proposto compreende três níveis que são básicos: “[...] hierarquicamente relacionados: classes, subclasses e uma lista aberta de termos/nomes de objetos que pode ser expandida, de forma controlada, pelos usuários [...]”. As classes se estabelecem como referência para o universo dos objetos do acervo; as subclasses reúnem classes funcionais mais precisas e os “termos/nomes dos objetos”, tal como as autoras denominam, são “palavras para identificar objetos específicos” (FERREZ; BIANCHINI, 1987, p. 22).

[...] o conceito de função original é parte importante [...], pois é o atributo imutável presente em todos os objetos e, portanto, a única característica que pode ser utilizada como fundamento para uma classificação sistematizada, independentemente do uso que esses objetos possam vir a ter mais tarde (FERREZ; BIANCHINI, 1987, p. 22).

As autoras explicam que a classificação, na construção metodológica do thesaurus não teve o propósito de classificar o universo geral dos objetos/documentos criados pelo homem e sim se resume à classificação apenas de alguns museus brasileiros. Portanto o thesaurus não representa a totalidade dos conhecimentos de um acervo, mas fornece um modelo para que outros trabalhos possam ser desenvolvidos em cima do que foi proposto.

Pode-se verificar pelo exposto, que as noções de documento, documentação, informação, classificação, foram sendo estabelecidas juntamente com o desenvolvimento da teoria em museus e que necessitam de mais estudos e aprofundamentos em relação a seus conceitos.

3.3 Vieis da Representação Descritiva

Entende-se a descrição de um objeto principalmente no meio documental como sendo sua individualização do item-base da catalogação, tornando-o único entre os demais de um acervo estabelecendo um padrão que serve, ou que é comum, a qualquer tipo de material.

Sendo assim, o conjunto dessas atividades voltadas ao tratamento da informação das coleções recebem denominações diversas nas diferentes instituições. Em museus, usa-se mais frequentemente o termo documentação para o conjunto que envolve a catalogação, a classificação e os registros de pesquisa propriamente ditos sobre a obra de arte ou o objeto; em bibliotecas, chama-se de processamento técnico ou de tratamento da informação o conjunto de atividades que envolvem a catalogação, a classificação e a indexação do material e em arquivos, dá-se preferência a termos como inventário, arranjo, descrição e classificação.

Segundo Cury (2008), o ciclo de tratamento do objeto museal se dá através da aquisição, pesquisa, conservação, documentação. Mas o primeiro passo seria um documento que delimitasse a política de aquisição do acervo para que toda essa cadeia tivesse diretriz e regras, seguida de um arrolamento, com a finalidade de quantificar e qualificar os objetos existentes, a partir da criação de uma lista numerada para o controle geral do acervo. Essa lista já pode ser feita num Banco de Dados computacional.

Já as bibliotecas em sua grande maioria utiliza-se do sistema Pergamum para o gerenciamento da coleção e dos serviços. A catalogação segue o Código de Catalogação Anglo-Americano (AACR2), utilizando o formato MARC 21 disponível no sistema Pergamum. A classificação utilizada é a Classificação Decimal Universal (CDU) sendo que, para classificação de autor é adotada a Tabela Cutter. Todas essas etapas são realizadas após o documento ter sido catalogado, indexado e registrado estando assim pronto para ser disponibilizado nas estantes aos usuários. O preparo do material para empréstimo normalmente consta de diversas etapas nos livros sendo elas: colar etiqueta de código de barras na folha de rosto; colar etiqueta de lombada; colar selo de segurança sobre a etiqueta de código de barras; carimbar

a lombada do documento com identificação da instituição; carimbar em folha previamente estabelecida número 55 na vertical com carimbo identificando a instituição; colar o fitilho magnético para proteção do livro.

O carimbo utilizado na página 55 serve como controle de registro do acervo que adentra na instituição, esse número é gerado automaticamente pelo sistema Pergamum e deve ser escrito manualmente.

As etiquetas também são geradas automaticamente pelo mesmo sistema sendo uma colocada na lombada onde consta o número de chamada, a classificação de autor, código de barras, título da obra, número de acervo, número de registro e a unidade a qual pertence. A segunda é colada na folha de rosto da obra constando número de obra, número de acervo, número de registro, autor, unidade a qual pertence e valor da obra.

A organização do acervo está de acordo com a CDU e divide o conhecimento humano em dez grandes classes que são subdivididas. O acervo está organizado seguindo a ordem crescente do número de chamada, os documentos estão dispostos nas estantes da esquerda para direita e de cima para baixo.

Como forma de orientar o usuário na localização do material desejado existe em frente às estantes sinalizações com as classificações e suas definições das áreas mais significativas constantes no corredor.

Durante a catalogação, o primeiro passo é efetuar pesquisas em bases de dados do sistema Pergamum disponível de forma on-line pelo próprio sistema. Com a existência do registro o mesmo é exportado para a base local e efetuado os devidos ajustes, caso houver, verificando se realmente a catalogação corresponde aquele item e se está correta. Não constando no sistema é feito do início analisando o documento para que ele possa fornecer o maior número de informações.

Já na classificação o processo é parecido primeiro é feita uma consulta na base de dados de bibliotecas dos sistemas. Se o termo (assunto) constar, o número de classificação estiver correto e a informação estiver tratada com o local onde foi retirado, o trabalho está pronto não sendo necessário efetuar mais pesquisas. Caso

contrário, é preciso readequar a classificação de acordo com as características da instituição utilizando o que agrega e alterando o restante e o número de chamada.

A indexação consiste primeiramente na identificação dos termos descritores. Analisa-se o título da obra, o sumário, a introdução, a conclusão, ilustrações e tabelas para analisar na consulta se os termos descritores constam no catálogo da instituição. Caso contrário, normalmente é pesquisar no catálogo online de termos da Biblioteca Nacional.

4 METODOLOGIA

Os métodos são de grande importância na vida do pesquisador, já que estes fornecem o aperfeiçoamento dos procedimentos e critérios abordados em uma pesquisa. Estes também possibilitam ao cientista alcançar seus objetivos, trilhar caminhos a serem seguidos, metas e resultados. Desta maneira se tem uma maior segurança em sua produção, auxiliando na identificação de seus erros e assessorando suas decisões. (LAKATOS, 2003).

Segundo Gunther (2006, p. 205) “a análise de documentos é a variante mais antiga para realizar pesquisa, especialmente no que diz respeito à revisão de literatura”. Para Godoy (1995) pode parecer estranho, em um primeiro momento, incluir a análise de documentos como uma possibilidade para a abordagem qualitativa. Entretanto, em se tratando de abordagem de uma proposta não rigidamente estruturada, que permite ao pesquisador a busca de novos enfoques, a partir do uso da imaginação e criatividade, a pesquisa documental adquire um caráter inovador.

Os documentos representam uma rica fonte de dados e, nesta perspectiva, pode-se definir a pesquisa documental como sendo aquela que busca um exame de materiais que ainda não foram observados de forma analítica, buscando novas interpretações ou mesmo interpretações complementares.

Para embasamento teórico foi utilizado o método de pesquisa bibliográfica. Esta abordagem permite ao pesquisador conhecer toda a produção sobre o tema, já tomada como pública, no intuito de “permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente” (GIL, 2002, p.45). Fonte abundante de informação que facilita os procedimentos intelectuais possibilita o conhecimento de todas as maneiras e de qualquer área, natureza, viabilizando o saber (FACHIN, 2003).

A pesquisa bibliográfica é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites. Qualquer trabalho científico se inicia com uma pesquisa bibliográfica que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto. Existem, porém, pesquisas científicas que se baseiam unicamente na pesquisa bibliográfica,

procurando referências teóricas publicadas com o objetivo de recolher informações ou conhecimentos prévios sobre o problema a respeito do qual se procura a resposta (FONSECA, 2002, p. 32).

A importância da pesquisa bibliográfica para o trabalho científico revela as possibilidades de determinado estudo, tendo em vista as reflexões já suscitadas por outros autores. A partir daí, cabe ao autor estabelecer uma relação de continuidade e/ou aprofundamento do tema pesquisado em questão.

É primordial reunir dados fundamentais sobre o que se deseja abordar, dispondo de informações de qualidade para a fundamentação da presente pesquisa. Tendo isso em vista os procedimentos adotados para o levantamento bibliográfico foram as seguintes fontes de informação: Google Acadêmico, Portal CAPES, no Scientific Electronic Library Online (SciELO), InCID, Pergamum e os termos utilizados na estratégia de busca foram: Lugares de Memória; Biblioteconomia; Museologia; Arquivologia.

O percurso metodológico será a base para as próximas etapas desta pesquisa, pois as informações a serem coletadas, bem como as reflexões realizadas à luz do referencial teórico, demonstrarão a contribuição deste estudo para a área, ressaltando o papel do método científico para a compreensão dos fenômenos sociais.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Longe de ser algo moderno a associação de bibliotecas e museus remota a Antiguidade como foi dito anteriormente. Essa junção fica evidente em textos de arquitetura onde se mencionam a presença de bibliotecas dentro de museus com o caráter educativo que ambas as instituições tentavam remeter.

Atualmente ainda é comum encontramos bibliotecas dentro de instituições museais funcionando com acervos especializados ou aparelhos distintos que por pertencerem ao mesmo órgão governamental precisam atuar no mesmo prédio adequando recursos humanos e estruturais.

Dos dois exemplos que se seguem é preciso notar que um sistema operacional da biblioteconomia o Pergamum foi utilizado para classificar e catalogar elementos bidimensionais presentes no acervo das instituições e livros que direcionem sobre assuntos do acervo seja do artista ou das obras expostas. Sendo assim, teríamos ainda o problema da representação similar em objetos tridimensionais com uma linguagem única para ambas as instituições.

Como vimos, esses objetos recebem uma configuração diferente no tratamento técnico dado no museu. Os profissionais normalmente higienizam as peças e através de um trabalho de pesquisa levantam dados como foi apresentado no Quadro 1. Intrínseca ou extrinsecamente as peças museais são vistas como documentos vivos e só adquirem valor de documento como o advento da Ciência da Informação como foi apresentado.

Em casos de museus que possuem bibliotecas como o caso do Museu de Artes de São Paulo - MASP e o Museu de Arqueologia e Etnologia – MAE, o processamento técnico é feito em materiais bidimensionais em sua grande maioria adquirida por meio de doação e os processamentos técnicos seguem em muito os já discriminados anteriormente.

No caso do Masp por exemplo, utilizam para a classificação a 20ª edição da CDD (Classificação Decimal de Dewey) na versão impressa. A notação de autor segue a

Tabela Cutter; na parte de assuntos: estão em sua maioria na classe das artes, 700: artes plásticas, arquitetura, design, moda, estética e história e filosofia da arte; Organização das quatro coleções que compõe o acervo da Biblioteca: Livros (CDD + Cutter), Catálogos (Cutter + ano), periódicos (seriados A/Z – país) e Obras raras (Estante + prateleira).

Na parte da Representação Descritiva a catalogação é feita em formato MARC 21 respeitando as regras da AACR2 e em conformidade com a ABNT 6023 de referência; Indexação: baseada no vocabulário controlado de artes e em uma base auxiliar; Base de controle de autoridades: auxilia a catalogação de nome de artistas ou entidades ligadas às artes já existentes ou para serem preenchidas simultaneamente durante o processo de catalogação. O controle de autoridades refere-se somente a artistas e entidades ou grupo ligado às artes, quanto a outras autorias que não são artistas propriamente, esse controle não é feito.

Com o exemplo exposto acima podemos perceber que mesmo em museus onde a equipe é multidisciplinar e há todo um trabalho padronizado que facilita o trabalho tanto da equipe técnica quanto dos usuários, assegurando a qualidade dos registros há lacunas como a falta de uma catalogação de peças tridimensionais caso essas fossem parar em uma biblioteca especializada como essa. Apesar das normas e protocolos técnicos a serem seguidos, ficou claro também a necessidade permanente de alinhar tais diretrizes à especificidade da instituição e de seu público.

Ou seja, uma linguagem documental em nível de classificação nas duas áreas esbarra no limite da tridimensionalidade e subjetividade dos objetos museais. Essa materialidade das peças impede em muitos casos que elas sejam incorporadas aos sistemas de biblioteconomia como se fossem livros ou outros suportes bidimensionais.

A subjetividade fica por conta do profissional responsável pela documentação da peça que pode ver nas diversas formas de representação numérica da peça o melhor meio de representá-la. Isso remete também a peças com mais de uma marcação ou marcações aparentes que em muitos casos atraem mais o olhar do visitante que a própria peça trazendo assim um novo contexto. Esse tipo de

marcação também não pode ser removido, pois, danificaria a mesma além de tirar a história da peça.

No computeo geral, afirma-se neste momento, que o objetivo foi alcançado, vez que se identificou, mesmo de forma incipiente, a possibilidade de uma representação da informação e do conhecimento a partir de subáreas da Ciência da Informação, com enfoque na Biblioteconomia e na Museologia. Neste sentido faz-se referência aos sistemas de representação do MASP e do MAE.

Enfim, essa pesquisa mostrou a possibilidade de uma linguagem documentária similar que ajudaria profissionais que atuam em instituições que possuem museus e bibliotecas para que ambos possam dar uma determinada padronização dentro do ambiente e ao acervo trabalhado.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, Ana Cristina de. Em foco a classificação: abordagens conceituais na Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia. **Encontros Bibli**: revista eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação, v. 20, n. 43, p. 20-46, mai./ago., 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2015v20n43p20/29963>. Acesso em: 28 fev. 2019.
- ALBUQUERQUE, Ana Cristina de. Tratamento temático da informação e a documentação museológica: aspectos e reflexões referentes à classificação. Trabalho apresentado ao XVI Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação – ENANCID, realizado em João Pessoa, em 2015. Disponível em: <http://www.ufpb.br/evento/index.php/enancib2015/enancib2015/paper/view/2969/1017>. Acesso em: 12 jun. 2018.
- ALVARENGA, Lidia. Representação do conhecimento na perspectiva da Ciência da Informação em tempo e espaço digitais. Enc. Bibli: R. Eletr. Bibliotecon. Ci. Inf., Florianópolis, n. 15, 1º sem. 2003.
- ALVARENGA, Lídia. Representação do conhecimento na perspectiva da ciência da informação em tempo e espaço digitais. **Encontros Bibli**: revista eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação, Florianópolis, n.15, 1º sem. 2003. Disponível em: http://www.brapci.inf.br/_repositorio/2010/09/pdf_8dcd68f319_0011734.pdf. Acesso em: 28 fev. 2019.
- ARAUJO, Carlos Alberto Ávila. Condições teóricas para a integração epistemológica da Arquivologia, Biblioteconomia e Ciência da Informação. **InCID**: revista de Ciência da Informação e Documentação, Ribeirão Preto, v. 2, n. 2, p. 19-41, jul./dez. 2011. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/incid/article/view/42349/46020>. Acesso em: 28 fev. 2019.
- ARAUJO, Carlos Alberto Ávila. Paradigma social nos estudos de usuários da informação: abordagem interacionista. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 22, n. 1, p. 145-159, jan./abr. 2012. Disponível em: <http://www.periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/9896/7372>. Acesso em: 28 fev. 2019.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6023**: Informação e documentação — referências — elaboração. Rio de Janeiro, 2018.
- BARBUY, Heloísa. Documentação museológica e a pesquisa em museus. In: MUSEU DE ASTRONOMIA E CIÊNCIAS AFINS. **Documentação em museus**. Rio de Janeiro: MAST, 2008. p. 33-43. (MAST Colloquia, v. 10). Disponível em: http://livroaberto.ibict.br/bitstream/1/933/1/mast_colloquia_10.pdf. Acesso em: 13 jan. 2019.
- BARRETO, Aldo de Albuquerque. **A questão da Informação**. São Paulo em Perspectiva, São Paulo, v.8, n.4, p.3-8, out./dez. 1994.

BELLOTTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos permanentes**: tratamento documental. 4 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

BRASIL. **Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009**. Institui o Estatuto de Museus e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11904.htm>. Acesso em: 15 set. 2017.

BRIET, S. Qu'est-ce que la documentation? Paris: Éditions Documentaires Industrielles et Técnicas, 1951.

BUCKLAND, Michel. Information as thing. **Journal of American Society of Information Science**, v. 42, n. 5, p. 351-360, 1991.

BURKE, P. **Uma história social do conhecimento**: de Gutenberg a Diderot. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

CADERNOS de diretrizes museológicas 1. 2. ed. Brasília: Departamento de Museus e Centros Culturais; Belo Horizonte: Superintendência de Museus, 2006. p.150. Disponível em: http://www.cultura.mg.gov.br/images/documentos/Caderno_Diretrizes_I%20Completo.pdf. Acesso em: 12 jun. 2018.

CAMARGO-MORO, Fernanda. **Museu**: aquisição/documentação. Rio de Janeiro: Livraria Eça Editora, 1986.

CAPURRO, Rafael. What is information science for?; a philosophical reflection. *In*: VAKKARI, Perti; CRONIN, Blaise. **Conceptions of library and information science**. Tempere: Taylor Graham, 1991. p. 82-93.

CHAGAS, Mario de Souza. **Em busca do documento perdido**: a problemática da construção teórica na área da documentação. Belo Horizonte: IPHAN, 1994. p. 29-47. (Cadernos de Sóciomuseologia, n. 2). Disponível em: <http://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/534/437>. Acesso em: 13 jul. 2018.

CONSELHO INTERNACIONAL DE MUSEUS. **Como gerir um museu**: manual prático. Paris: UNESCO, 2004.

CURY, Marília Xavier. **Documentação museológica I**. São Paulo: USP, 2008.

DIAS, Eduardo Wense; NAVES, Madalena Martins Lopes. **Análise de assunto**: teoria e prática. Brasília: Thesaurus, 2007. (Estudos Avançados em Ciência da Informação, v. 3). Disponível em: <https://www.passeidireto.com/arquivo/10950564/dias-e-w-naves-m-m-l-analise-de-assunto-teoria-e-pratica-brasilia-df-thesaurus-2007-estudos-avancados-em-ciencia-da-informacao-3->. Acesso em: 27 mar. 2018.

FACHIN, O. Fundamentos de metodologia. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

FERREZ, Helena Dodd. Documentação museológica: teoria para uma boa prática. *In*: CADERNOS de ensaios n. 2: estudos de museologia. Rio de Janeiro: Minc/Ipahan,

1998. Disponível em: <https://pt.scribd.com/doc/38689114/Documentacao-Museologica-Helena-Dodd-Ferrez>. Acesso em: 27 mar. 2018.

FERREZ, Helena Dodd. **Documentação museológica**: teoria para uma boa prática. Rio de Janeiro: IPHAN, 1994. (Cadernos de Ensaio, n. 2: estudos de museologia)

FERREZ, Helena Dodd; BIANCHINI, Maria Helena J. **Thesaurus para acervos museológicos**. Rio de Janeiro: Coordenadoria Geral de Acervos Museológicos / Fundação Nacional PróMemória, 1987.

FONSECA, João José Saraiva da. **Metodologia da pesquisa científica**. [Fortaleza]: Universidade Estadual do Ceará, 2002. Disponível em: <https://www.passeidireto.com/arquivo/28174801/metodologia-da-pesquisa-cientifica--prof-joao-jose-saraiva-da-fonseca>. Acesso em: 27 mar. 2018.

GIL, A. C. **Como elaborar projeto de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GODOY, Arilda S. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de Administração de empresas**, n. 2, São Paulo, v. 35, p. 57-63, 1995.

GÜNTHER, Hartmut. **Pesquisa Qualitativa Versus Pesquisa Quantitativa**: Esta é a Questão?. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*. Mai-Ago 2006, Vol 22 n. 2.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Ed. Centauro, 2006.

LAKATOS, Eva. Maria. **Fundamentos de metodologia científica** / Maria de Andrade Marconi,. 5. ed. São Paulo: Atlas 2003.

LAPA, S. Georges-Henri Rivière na gênese do Museu Calouste Gulbenkian: contributos para o estudo da colaboração entre o museólogo francês e a Fundação Calouste Gulbenkian. **Revista de História da Arte**, n. 8, p. 88-109, 2011.

LE COADIC, Yves-François. **A ciência da informação**. Brasília: Briquet de Lemos, 2004.

LE COADIC, Yves-François. **A ciência da informação**. Trad. De Maria Yeda F. S. de Figueiras Gomes. Brasília: Briquet de Lemos/Livros, 1996. 119 p

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Tradução de Irene Ferreira, Bernardo Leitão, Suzana Ferreira Borges. 5. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.

LE GOFF, Jacques. Memória. In: **História e memória**. Tradução Bernardo Leitão e Irene Ferreira. 4. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1996. p. 423-483.

LE GOFF, Jacques. Memória. In: LE GOFF, Jacques (org.) **História e memória**. Tradutor Bernanrdo Leitã Campinas: Editora da Unicamp, 1994.

LIMA, José Leonardo Oliveira; ALVARES, Lillian. Organização e representação da informação e do conhecimento. In: ALVARES, Lillian (org.). **Organização da informação e do conhecimento**: conceitos, subsídios interdisciplinares e aplicações. Itapevi, SP: B4 Editores, 2012. Cap. 1, p. 21-34. Disponível em:

<http://www.b4editores.com.br/images/capitulos/organizacao-da-informacao-e-do-conhecimento-cap-ok.pdf>. Acesso em: 7 fev. 2019.

MAIMONE, Giovana Deliberali; SILVEIRA, Naira Christofolletti; TÁLAMO, Maria de Fátima Gonçalves Moreira. Reflexões acerca das relações entre representação temática e descritiva. **Informação & Sociedade: estudos**, João Pessoa, v. 21, n. 1, p. 27-35, jan./abr. 2011. Disponível em: <http://www.periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/7367/5596>. Acesso em: 7 fev. 2019.

MARÍN TORRES, María Teresa. **Historia de la documentación museológica: la gestión de la memoria artística**. Gijón, ES: Ediciones Trea, 2002.

McGARRY, Kevin. **O contexto dinâmico da informação: uma análise introdutória**. Tradução de Helena Vilar de Lemos. Brasília, DF: Briquet de Lemos/Livros, 1999.

MENEZES, Ulpiano Toledo Bezerra de. Do teatro da memória ao laboratório da história: a exposição museológica e o conhecimento histórico. **Anais do Museu Paulista**, São Paulo, Nova Série, nº 3, 1994.

MENSCH, Peter Van. Museology and the object as data carrier. In: Object, museum, **Museology**, an eternal triangle. Leiden: Reinwardt Academy. Reinwardt Cahiers, 1987.

MENSCH, Peter van. Museus em movimento. **Cadernos museológicos n. 1**. Rio de Janeiro: IBPC, 1987.

MORIN, Edgard. **A religação dos saberes: o desafio do século XXI**. São Paulo: Bertrand Brasil, 2004. Disponível em: <https://pt.slideshare.net/MartaCaregnato/a-religao-dos-saberes-edgar-morin>. Acesso em: 28 fev. 2019.

NORA, Pierre. Entre a memória e a história: a problemática dos lugares. **Projeto História: revista do Programa de Estudos Pós-Graduado em História [da PUC-SP]**, São Paulo, n. 10, p. 7-28, dez. 1993. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/revph/article/view/12101/8763>. Acesso em: 12 dez. 2018.

OLIVEIRA, Ludmila Silva *et al.* Tratamento técnico nos campos da Museologia e Biblioteconomia. **ConCI - Convergências em Ciência Informação**, São Cristovão/SE, v. 1, n. 2, Ed. Especial, p. 42-48, maio/ago. 2018. (Anais do 2º Encontro Regional NorteNordeste de Educação em Ciência da Informação; 2º ERECIN N-NE). Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/conci/article/download/10210/7851>. Acesso em: 12 dez. 2018.

ORTEGA, Cristina Dotta. Fundamentos da organização da informação frente à produção de documentos. **Transinformação**, Campinas, v. 20, n. 1, p. 7-15, jan./abr. 2008. Disponível em: <http://revistas.puccampinas.edu.br/transinfo/archive.php?OJSSID=1bcf7de1a72f69d5b2628>. Acesso em: 28 nov. 2018.

ORTEGA, Cristina Dotta. Surgimento e consolidação da Documentação: subsídios para compreensão da história da Ciência da Informação no Brasil. **Perspectiva em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 14, número especial, p. 59-79, 2009. Disponível em: xxx. Acesso em: 28 nov. 2018.

OTLET, Paul. **Documentos e documentação**: introdução ao trabalhos do Congresso Mundial da Documentação Universa, realizado em Paris, em 1937. Disponível em: <http://www.conexaorio.com/bit/otlet/> . Acesso em: 12 fev. 2019.

OTLET, Paul. **Traité de documentacion**: le livre surle livre: théorie et pratique. Bruxelles: Mundaneum, 1936.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Em busca de uma outra história: imaginando o imaginário. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 15, n. 29, p. 9-27, 1995. Disponível em: https://www.anpuh.org/arquivo/download?ID_ARQUIVO=3770. Acesso em: 7 fev. 2019.

PIEIDADE, Maria Antonieta Requião. Introdução à teoria da classificação. 2. ed. rev. e aum. Rio de Janeiro: Interciência, 1983. 221 p.

PINHEIRO, Lena Vania Ribeiro. Confluências interdisciplinares entre Ciência da Informação e Museologia. **Museologia e Interdisciplinaridade**, v.1, n.1, jan./jun. 2012.

QUEIROZ, Rita de C. R. de. A informação escrita: do manuscrito ao texto virtual. In: ENCONTRO NACIONAL DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 6., 2005, Salvador. **Anais [...]** Disponível em: https://blog.ufba.br/cinformvi_ahttps://blog.ufba.br/cinformvi_anais/nais/ . Acesso em: 20 fev.2019.

RANGANATHAN, S. R. **As cinco leis da Biblioteconomia**. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2006.

ROBREDO, J. Organização dos documentos ou Organização da informação: uma questão de escolha. **DataGramZero**, v. 5, n. 1, 2004. Disponível em: http://www.datagramazero.org.br/fev04/Art_05.htm Acesso em: 10 jun. 2013.

RUSSO, Mariza. **Fundamentos de Biblioteconomia e Ciência da Informação**. Rio de Janeiro: E-papers Serviços Editoriais, 2010.

SAN SEGUNDO MANUEL, Rosa. **Sistemas de organización del conocimiento**: la organización del conocimiento en las bibliotecas españolas. Madrid: Universidad Carlos III de Madrid; Boletín Oficial del Estado, 1996. Disponível em: https://e-archivo.uc3m.es/bitstream/handle/10016/4256/sansegundo_sistemas_1996.pdf&embedded=true?sequence=2. Acesso em: 22 mar. 2019.

SARACEVIC, Tefko. **Ciência da Informação**: origem, evolução e relações. **Perspectiva em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 41-62, jan./jun. 1996.

SETZER, Valdemar W. **Dado, informação, conhecimento e competência**. 2015. Disponível em: <https://www.ime.usp.br/~vwsetzer/dado-info.html>. Acesso em: 28 fev. 2019.

SILVA, Odilon Pereira da; GANIN, Fátima. **Manual da CDU**. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 1994.

SMIT, Johanna. **O que é documentação**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

SOUZA, Rosali Fernandez de. Organização e representação de áreas do conhecimento em ciência e tecnologia: princípios de agregação em grandes áreas segundo diferentes contextos de produção e uso de informação. **Encontros Bibli**: revista. Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência Informação, Florianópolis, n. esp., 1º sem. 2006. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/download/1518-2924.2006v11nesp1p27/384>. Acesso em: 12 jan. 2019.

TÁLAMO, Maria de Fátima Gonçalves M. et al. Vamos perseguir a informação. **Comunicação e Educação**, São Paulo, v.4, p.52-57, set./dez. 1995.

THIESEN, Icleia. Museus, arquivos e bibliotecas entre lugares de memória e espaços de produção do conhecimento. *In*: MUSEU DE ASTRONOMIA E CIÊNCIAS AFINS. **Museu e museologia**: interfaces e perspectivas. Rio de Janeiro: MAST, 2009. p. 61-82. (MAST Colloquia, v. 11). Disponível em: http://site.mast.br/hotsite_mast_colloquia/pdf/mast_colloquia_11.pdf.pdf. Acesso em: 13 jan. 2019.

TRISTÃO, Ana Maria Delazari; FACHIN, Gleisy Regina; ALARCON, Orestes Estevam. Sistemas de classificação facetados e tesouros: instrumentos para organização do conhecimento. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 33, n. 2, p. 161-171, maio/ago. 2004. Disponível em: <http://www.ibict.br/cienciadainformacao/viewarticle.php?id=120>>. Acesso em: 23 abr. 2008.

VICKERY, Brian C. **Classificação e indexação nas ciências**. Rio de Janeiro: BNG-Brasilart, 1980. (Coleção Biblioteconomia, documentação, ciência da informação).

WERSIG, G. Information science: the study of postmodern knowledge usage. **Information Processing & Management**, v. 29, n. 2, p. 229-239, 1993.

WOLEDGE, G. Bibliography and Documentation: words and ideas. **Journal of Documentation**, v. 39, n. 4, p. 266-279, Dec. 1983.